PUC
RIO

MARCI DÓRIA PASSOS

O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DO PSICANALISTA: UMA ANÁLISE DO NÚCLEO DE ESTUDO E FORMAÇÃO FREUDIANA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Novembro de 1984

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil
http://www.puc-rio.br

N.Chamada: 150 / P289p /TESE UC
Título: O processo de legitimação do psicanalist
0 0 0 7 0 1 5
Ex: 1-CENTRAL
1954

MARCI DÓRIA PASSOS

O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DO PSICANALISTA: UMA ANÁLISE DO NÚCLEO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO FREUDIANA

Dissertação de Mestrado ao Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Orientadora:
Anamaria Ribeiro Coutinho

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

19 de novembro de 1984.

UC-00003485-8

UNIVERSIDADE CATÓLICA
BIBLIOTECA
DO RIO DE JANEIRO
2054
15/05/85
2015

150
P289p
TESE UC

Aos meus pais Elza e Pedro

AGRADECIMENTOS

Luiz Fernando Mello Campos, interlocutor entusiasmado que despertou minha atenção para os trabalhos de Pierre Bourdieu.

Antonio Monteiro Guimarães, amigo querido cuja confiança e ajuda constante, com sugestões e críticas sempre pertinentes, possibilitaram a realização deste trabalho.

Joel Birman pela confiança e pelos comentários relevantes.

Anamaria Coutinho minha orientadora pelo reconhecimento.

Simon Schwartzman e Neuma Aguiar pela atenção.

Grupo do NEFF, que compartilhou comigo essa experiência.

Chaim Katz e Gregório Baremblitt, professores e amigos, pelos ensinamentos.

Ana Cristina, Nanci, Inês e Astréa, companheiras queridas, pelo estímulo.

Berenice pelo trabalho de datilografia.

Fernando Rocha, pela escuta cuidadosa.

Rodolfo e Bruno, meus filhos, pelo carinho.

Rita de Cássia pela ajuda diária em casa e

Alfredo Grieco, meu companheiro, pela colaboração em diversos momentos.

S U M Á R I O

- Capítulo I
VICISSITUDES DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO SOCIAL DAS PROFISSÕES 1
- Estrutura das profissões e auto-regulação destas..... 2
- O campo de produção de bens simbólicos 8

- Capítulo II
PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO DO CAMPO PSICANALÍTICO 26
- De como Sigmund Freud chegou a se tornar um nome conhecido e reconhecido 26
- Clínica: o lugar da descoberta 30
- A autonomização do campo psicanalítico ou de como se resolvem as coisas no mundo de Viena 36
- A especificidade da transmissão em psicanálise 47

- Capítulo III
A SITUAÇÃO ATUAL E A LUTA PELA LEGITIMIDADE A PARTIR DO QUE OS PRÓPRIOS PSICANALISTAS DIZEM SOBRE O ASSUNTO 51
- Lacan e o surgimento de uma alternativa de legitimação para os psicanalistas 57

- Capítulo IV
"HERDEIROS OU BASTARDOS" - VICISSITUDES DO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO COMO PSICANALISTA..... 66
- O contexto institucional na década de 1970 69
- Os antecedentes do NEFF 77
- A breve história do NEFF 80
- Discussão 93

- BIBLIOGRAFIA 105

"E debbasi considerare, come non è cosa più difficile a trattare, nè più dubia a riuscire, nè più pericolosa a maneggiare, che farsi capo ad introdurre nuovi ordini. Perchè lo introduttore ha per nemici tutti quelli che delli ordini vecchi fanno bene, et ha tepidi defensori tutti quelli che delli ordini nuovi farebbano bene".

Niccolò Machiavelli, Il principe

"Les théories e les écoles, comme les microbes e les globules, s'entredevorent et assurent par leur lutte la continuité de la vie".

Marcel Proust, Sodome et Gomorre

RESUMO

Este estudo está voltado para a compreensão do processo de legitimação do psicanalista. Com esse objetivo recorremos aos trabalhos de alguns cientistas sociais que tratam da questão da profissionalização, e mais particularmente às formulações do sociólogo francês Pierre Bourdieu; bem como às análises feitas por psicanalistas que se interessaram em pensar a questão específica da formação psicanalítica.

A partir da análise feita por Pierre Bourdieu sobre a autonomização do campo de produção intelectual e/ou artística procuraremos compreender a lógica de funcionamento do campo psicanalítico no que diz respeito ao seu processo de legitimação, o qual acompanhamos no momento da constituição do campo psicanalítico, através da trajetória de Freud e seus seguidores, que inclui a criação da International Psychoanalytical Association como órgão legitimador privilegiado do psicanalista. Esse poder legitimador da IPA só vem a ser mais consistentemente questionado a partir das formulações de Jacques Lacan que, falando "em nome" de Freud, propõe um modelo alternativo de formação em psicanálise.

Finalmente buscamos reencontrar essas questões em sua dimensão mais concreta voltando-nos para uma experiência de institucionalização levada adiante no Rio de Janeiro em 1978 por um grupo de psicólogos empenhados em contituir um modelo alternativo de formação em psicanálise: o Núcleo de Estudos e Formação Freudiana - o NEFF.

ABSTRACT

This study is concerned with understanding the psychoanalyst's legitimatory process. Bearing this in mind we had support from the work of social scientists that wrote about professionalism, and in particular from formulations by French sociologist Pierre Bourdieu, as well as the writings of some psychoanalysts whose interests were turned in the specific direction of analytical training.

With Bourdieu's analysis of the autonomy process of intelectual and artistic production fields as starting point we try to understand the logic of the psychoanalytical field according to the functioning of its legitimatory process, that we follow from the moment of the psychoanalytical field's constitution, through the trajectory of Freud and his followers, and the foundation of IPA as the privileged legitimatory organ of the psychoanalyst. This legitimatory power of the International Psychoanalytical Association is only consistently challenged after formulations by Jacques Lacan, who, speaking "in name" of Freud, suggests an alternative model of psychoanalytical training.

In the end we try to find these questions in their more concrete dimension, turning to one experience of institutionalisation undertook by a group of psychologists involved with a proposal for the constitution of an alternative model of psychoanalytical training, in Rio de Janeiro, in 1978: the Nucleus of Freudian Studies and Training, - NEFF - .

VICISSITUDES DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO SOCIAL DAS PROFISSÕES

A inserção social da psicanálise e da instituição psicanalítica e sua pretensão à legitimidade cultural (1) implicam uma série de estratégias e conflitos que envolvem o mercado ao qual elas se destinam. A divisão social do trabalho nas sociedades complexas constitui, basicamente, dois campos: campo de produção de bens materiais e campo de produção de bens simbólicos, como significações e representações. A produção desses bens é fruto de demandas sociais historicamente localizáveis. A resposta a essas demandas envolve a organização de categorias profissionais.

A psicanálise "existe sempre em sociedade — vale dizer, ancorada em instituições, associada à formação e legitimação de profissionais, recrutando clientes de determinados grupos sociais" (Figueira,1981:5). Desse modo é possível — e parece mesmo mais que legítimo, necessário e inevitável para a sua compreensão adequada — entender a lógica de funcionamento da formação

---

(1) "Instituir é fazer ingressar na cultura" (Lapassade,1977:288) "... todo ato de produção cultural implica a afirmação de sua pretensão à legitimidade cultural". (Bourdieu,1982:108).

analítica e da prática profissional do psicanalista como estando submetidas às mesmas leis que regem a formação e a prática de outros agentes do campo intelectual(1). E para compreender o modo de estruturação das profissões, o recurso à sociologia pode ser bastante útil.

Estrutura das profissões e auto-regulação destas

Alguns sociólogos norte-americanos, no final da década de 1970, escreveram trabalhos significativos a respeito das profissões. Entre eles, Randal Collins, Magali S. Larson e Burton Bledstein apontam para algumas conexões que, se bem que excessivamente marcadas pelo contexto norte-americano, podem servir de referência à compreensão dos processos de profissionalização e legitimação social das profissões.

De modo geral, esses autores definem as profissões como comunidades organizadas na esfera do trabalho cuja base é a prática de uma habilidade esotérica e o uso de métodos que funcionam com mais eficácia através do segredo e da idealização. Segundo Collins (1979:132), a definição ideal de profissão se produz a partir do profissional médico. Uma profissão seria então uma comunidade auto-regulada, com poder para definir os padrões de sua prática, para treinar novos membros e para julgar a performance destes. A comunidade profissional é quem decide o que é competência, e seu código de ética está supostamente a serviço

(1) Esse conceito, conforme é proposto por Pierr Bourdieu, é retomado e discutido mais adiante neste capítulo, assim como os conceitos de bem simbólico, campo de produção de bens simbólicos, etc.

da humanidade, pregando uma atuação competente e desinteressada e condenando comercialismo e carreirismo.

Larson (1977:X) dá como atributos de uma profissão ideal: a) dimensão cognitiva centrada no corpo de conhecimentos e técnicas que a profissão aplica em seu trabalho; b) treinamento necessário para dominar tal conhecimento e habilidade; c) dimensão normativa que cobre a orientação de tais profissionais e sua ética distintiva. Tais atributos viriam justificar o privilégio da auto-regulação assegurado pela sociedade. Dessa forma, as ocupações tornam-se verdadeiras comunidades cujos membros compartilham uma afiliação permanente, uma identidade, um compromisso pessoal, interesses específicos e lealdades gerais.

A partir do que foi acima estabelecido, Larson justifica o fato de serem as profissões ocupações com poder e prestígio especiais. A sociedade garante essas recompensas na medida em que, idealmente, as profissões têm uma *competência* especial num determinado campo de conhecimento, visando o bem público e não o mero ganho material dos profissionais.

Em profissões liberais, como medicina, engenharia, advocacia, a garantia profissional é dada por um título universitário. O sistema de ensino, e a universidade em especial, têm um papel importante para efeito da legitimação profissional. As universidades são reguladas pelo Estado, e quanto mais reconhecida é uma escola, mais prestígio e possibilidades tem o profissional por ela formado.

Segundo Bledstein (1976:123) a sociedade - mais particularmente a sociedade democrática - requer símbolos persuasivos de credibilidade da autoridade profissional, símbolos que possam ser aceitos e reconhecidos pela maioria. Essa a função da escolarização: oferecer credenciais legitimadas. A crítica de Bledstein é contundente:

> Even though American schools might cultivate fewer geniuses and train fewer exquisite minds than the more refined and restricted systems of Europe, the larger numbers of school-trained Americans were broadly competent, and they would benefit from the simplified norms, rules, and procedures established to maintain a respectable level of standards in any occupation. The average American practitioner was neither creative nor imaginative, but he was not a quack. What the middle class in America sacrificed in high quality, fine craftsmanship, originality, and durability in the work of its producers, it gained in the public's strenuous support of middle-class authority and the credibility of that authority over time. The public came to accept the middle-class article of faith that the regularly, trained professional, however dubious his reputation and shoddy his record, however crude his technique and rude his behavior, however rigid his attitudes and inadequate his knowledge, was superior to the merely experienced operator. The difference was the role played by the shool (Bledstein, 1976:124 e 125).

Collins vê a educação como parte de um sistema estratificado e a busca de credenciais educacionais como decorrente da necessidade de melhores salários e melhores posições no mercado cultural. Para Collins, na medida em que as credenciais, em si, não possibilitam habilidade para o trabalho, a descredencialização poderia melhorar o nível cultural das escolas. No caso da medicina, por exemplo, que exige uma cara e longa formação, a educação formal tem pouca relevância: a maior parte do treinamento médico é feito na prática, através da residência médica.

Entretanto a aquisição de credenciais educacionais tem um peso social como prova de qualidade. A citação de Max Weber, reproduzida a seguir, com a qual Collins inicia seu livro *The Credential Society*, põe em evidência essa função consagradora das universidades.

> The role played in former days by the "proof of ancestry" as pre-requisite for equality of birth, access to noble prebends and endowments, and wherever the nobility retained social power, for the qualifications to state office, is nowadays taken by the patent of education. The elaboration of the diplomas from universities, business and engineering colleges and the universal clamor for the creation of further educational certificates in all fields serve the formation of the privileged stratum in bureaus and in offices. Such certificates support their holders claims for connubium with the notable (in business offices too they raise hopes for preferment with the boss's daughter), claims to be admitted into the circles that adhere to "codes of honor". Claims for a "status-appropriate" salary instead of a wage according to performance, claims for assured advancement and old age insurance, and above all, claims to the monopolization of socially and economically advantageous positions.
> If we hear all sides demand for the introduction of regulated curricula culminating in special examinations, the reason for this is, of course, not a suddenly awakened "thirst for education", but rather the desire to limit the supply of candidates for these positions and to monopolize them for the holders of educational patents. For such monopolization, the "examination" is today the universal instrument - hence its irresistible advance. As the curriculum required for the acquisition of the patent of education requires considerable expenses and a long period of gestation, this striving implies a repression of talent (of the "charisma") in favor of property, for the intellectual costs of the educacional patent are always low and decrease, rather than increase, with increasing volume. The old requirements of a knightly style of life, the prerequisite for capacity to hold a fief, is nowadays in Germany replaced by the necessity of participating in its surviving remnants, the dueling fraternities of the universities which grant the patents of education; in the Anglo-Saxon countries the athletic and social clubs fulfill the same function (Weber, 1968:1000).

O problema maior que esses sociólogos apontam com relação ao sistema verticalizado de credencialização (predominante nos Estados Unidos da America) é a produção de "sinecuras" ou da "propriedade de posições".

> Social classes may be distinguished by the amount of property they possess, but the most important form of such "property" is not limited to the traditional notion of material and financial possessions. Rather it is how "positions" are shaped that constitutes the most immediate form of property in the labor market, and it is by the shaping of such positions that income is distributed. The term position is only a metaphor (although it is widely accepted and taken for granted) for the seemingly object-like immutability of a collection of behavioral patterns that are reserved for particular individuals under particular condition of tenure (Collins, 1979:53).

É ainda Collins quem nos esclarece que o termo *sinecure* tinha um significado respeitável na sociedade medieval, designando uma posição perfeitamente aceita e legítima para um prelado: ser *sine curia* significava "to hold the income of a parish without responsibility for the 'cure of souls'" (Collins, 1979:57). Atualmente o termo é ofensivo na medida em que está referido, por oposição, à noção de mérito através da qual um determinado sistema é legitimado. O esforço para preservar posições que trazem privilégios, evitando trabalho, é uma forma de sustentar e reproduzir hierarquias, com base em e em nome de, por exemplo, titulação, ao invés de pelo efeito do mérito efetivo no trabalho produzido.

Crises desse sistema dominante, segundo Collins, ocorrem quando grupos marginais começam a forçar sua integração a esse sistema. A revolta desses grupos tira vantagem da deslegitimação das credenciais, da denúncia do sinecurismo e se faz acompanhar

da exigência de uma revisão dos currículos tradicionais. O problema, para Collins, é que as alternativas propostas ao sistema dominante têm pouca substância e fazem apelo basicamente negativo: reação contra as exigências tradicionais, que passam a ser vistas como mera formalidade do processo de obtenção de títulos.

Bledstein faz uma colocação que dá bem a dimensão do impasse inerente a esse sistema de profissionalização:

> Perhaps never before within the last century have we as Americans been so aware of the arrogance, shallowness, and potential abuses of the vertical vision by venal individuals who justify their special treatment and betray society's trust by invoking professional privilege, confidence, and secrecy. The question for Americans is, How does society make professional behavior accountable to the public without curtailing the independence upon which creative skills and the imaginative use of knowledge depend? The culture of professionalism has allowed Americans to achieve educated expressions of freedom and self-realization, yet it has also allowed them to perfect educated techniques of fraudulence and deceit. In medicine, law, education, business, government, the ministry - all the proliferating services middle-class Americans thrive on-who shall draw the fine line between competent services and corruption (Bledstein, 1976:334)?

Em resumo a possibilidade de auto-regulação, de treinamento de novos membros e de afirmação de competência justifica o poder e o prestígio de uma determinada profissão. De um modo geral, a garantia de um profissional é dada por um título universitário, e quanto maior é o prestígio de uma universidade, mais reconhecido é o profissional que ela forma.

Fornecendo credenciais legitimadas, a escola atende a uma demanda social de símbolos persuasivos da credibilidade da autoridade profissional. Uma credencial educacional tem um

peso social como prova de qualidade. A crítica maior a esse sistema de credencialização é que posições privilegiadas e hierarquias são sustentadas por força do valor simbólico de um título mais do que pelo efeito do mérito efetivo de um trabalho produzido. A deslegitimação das credenciais e a denúncia do sinecurismo forçam uma revisão dos currículos tradicionais. O problema entretanto é que se criticam exigências tradicionais como meras formalidades do processo de obtenção de títulos sem oferecer alternativas consistentes para a garantia de confiabilidade profissional. A questão fica ainda mais problemática, se nos limitarmos a encará-la por esta ótica, no caso da psicanálise, em que a profissionalização não passa por titulação universitária.

O campo de produção de bens simbólicos

As profissões que pertencem ao campo de produção de bens simbólicos apresentam, contudo, peculiaridades decorrentes da estrutura e da dinâmica do próprio campo. A dimensão da psicanálise como prática social cada vez mais difundida e o seu consumo como "bem de salvação" (Castel, 1978: *passim*) no mercado de bens simbólicos nos leva a acreditar que a psicanálise apresenta (e procuraremos verificar isso no decorrer deste trabalho) todo esse conjunto de peculiaridades que são inerentes à constituição de um campo autônomo de produção de bens simbólicos. Nesse sentido, o conjunto de conceitos produzidos pelo destacado sociólogo francês Pierre Bourdieu para a análise da produção intelectual e artística e da produção dos produtores intelectuais e de

arte nos parecem mais fecundos para uma tentativa de compreensão do modo de funcionamento do campo psicanalítico no que diz respeito às vicissitudes de seu processo de legitimação.

No campo intelectual, a profissionalização surge como uma necessidade da divisão social do trabalho de produzir cultura, aqui compreendida, como definida por Miceli: um sistema de fatos e representações, um modo de definir a realidade (1982:VIII).

Existem várias formas de abordar teoricamente a cultura e os demais sistemas simbólicos. O pensamento de Pierre Bourdieu, segundo Sergio Miceli (1982:VIII e IX), é influenciado por duas vertentes da construção teórica em ciências sociais. A primeira delas tem origem na problemática Kantiana e lê a cultura como "estrutura estruturada", como uma teoria da integração lógica e social de "representações coletivas". Tem seus representantes, por exemplo, em Cassirer, Sapir, Durkheim, Lévi-Strauss, autores que lidam com a cultura como instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, ou seja, um acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo.

Uma segunda vertente, identificável de um modo mais geral na tradição marxista, mas que tem igualmente em Max Weber um de seus inspiradores, vê a cultura antes como instrumento de poder, como uma forma de legitimação da ordem vigente. Nessa linha, se há um esforço no sentido de apreender o caráter organizacional próprio do sistema simbólico - núcleo da perspectiva weberiana - não menos essencial, sobretudo para a tradição marxista, é

captar as determinações que este sofre por parte das condições de existência econômicas e políticas, buscando encontrar a participação específica de tais sistemas nos processos de reprodução e transformação da estrutura social. Enquanto a primeira perspectiva privilegia a análise interna dos bens de natureza simbólica, a outra enfatiza suas funções econômicas e políticas.

A análise de Bourdieu nos parece particularmente propícia aos objetivos deste trabalho na medida em que leva em consideração esses dois aspectos: os signos em sua função de comunicação e/ou de conhecimento, e sua tendência a exercer uma função política e econômica (Miceli,1982:VIII e IX). Isso porque acreditamos que, embora um postulado teórico possa ter efeitos de poder até abusivos, isso não quer dizer que ele não tenha valor (de comunicação ou de conhecimento) no interior do próprio campo que o formula. Bourdieu transpõe para a análise do campo simbólico o vocabulário da esfera econômica - *capital* cultural, *bem* simbólico, *capital* social, e leva às últimas consequências essa analogia econômica. A "disponibilidade semântica" que ele solicita dos conceitos é condição para a invenção sociológica. O raciocínio analógico é aliado ao trajeto comparativo com os quais Bourdieu manipula os dados que lhe são fornecidos pela história e pela etnografia (Miceli, 1982:XXX).

Ao ingressar no campo da cultura, o conhecimento passa a ter um estatuto de bem simbólico no sentido que lhe é dado por Bourdieu: os bens simbólicos

> constituem uma dupla face - mercadorias e significações - cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes, mesmo nos casos em que a sanção econômica reafirma a consagração cultural (Bourdieu, 1982 a:102 e 103).

O sistema de produção de bens simbólicos obedece a um princípio de diferenciação que é correlato aos diferentes públicos aos quais as diversas categorias de produtores destinam seus produtos: sua possibilidade de desenvolvimento reside na própria natureza desses bens. Por outro lado, esse desenvolvimento tem como correlato a constituição de um campo específico e autônomo para a produção, circulação e consumo dos bens simbólicos.

A autonomização de um campo intelectual não prescinde de uma série de transformações de outros aspectos e esferas da vida social:

> a) a constituição de um público de consumidores virtuais cada vez mais extenso, socialmente mais diversificado, e capaz de propiciar aos produtores de bens simbólicos não somente as condições mínimas de independência econômica mas concedendo-lhes também um princípio de legitimação paralelo; b) a construção de um corpo cada vez mais numeroso e diferenciado de produtores e empresários de bens simbólicos cuja profissionalização faz com que passem a reconhecer exclusivamente um certo tipo de determinações como por exemplo os imperativos técnicos e as normas que definem as condições de acesso à profissão e de participação no meio; c) a multiplicação e a diversificação das instâncias de consagração competindo pela legitimidade cultural, como por exemplo as academias, os salões (onde, sobretudo no século XVIII, com a dissolução da corte e da arte cortesã, a aristocracia mistura-se com a intelligentsia burquesa e passa a adotar seus modelos de pensamentos e suas concepções artísticas e morais), e das instâncias de difusão cujas operações de seleção são investidas por uma legitimidade propriamente cultural, ainda que, como no caso das editoras e das direções artísticas dos teatros, continuem subordinadas a obrigações econômicas e sociais capazes de influir, por seu intermédio, sobre a própria vida intelectual (Bourdieu,1982a:100).

Uma vez constituída, a autonomia de um campo intelectual confere-lhe o direito de "legislar na esfera cultural" (Bourdieu, 1982a:99) com independência de outras instâncias que tenham pretensões a tal direito, quais sejam: os campos econômico, político ou religioso. A partir daí, seguindo o pensamento de Bourdieu,

> as funções que cabem aos diferentes grupos de intelectuais ou artistas, em função da posição que ocupam no sistema relativamente autônomo das relações de produção intelectual ou artística, tendem cada vez mais a se tornar o princípio unificador e gerador (e portanto, explicativo) dos diferentes sistemas de tomadas de posição culturais e, também, o princípio de sua transformação no curso do tempo (Bourdieu, 1982 a:99)

Assim, a autonomização da produção intelectual se processa lado a lado com a constituição de um campo de agentes

> cada vez mais inclinados a levar em conta exclusivamente as regras firmadas pela *tradição* propriamente intelectual ou artística, *herdada de seus predecessores*, e que lhes fornece um ponto de partida ou um ponto de ruptura, e cada vez mais propensos a liberar sua produção e seus produtos de toda e qualquer dependência social, seja das censuras morais e programas estéticos de uma Igreja empenhada em proselitismo, seja dos controles acadêmicos e das encomendas de um poder político propenso a tomar a arte como um instrumento de propaganda (Bourdieu, 1982a:101; os grifos são meus M.D.P.)

Mais ainda, a emergência, a partir dos avanços da divisão social do trabalho, dessa categoria particular de produtores de bens simbólicos destinados ao mercado tem como seu efeito propiciar (e Bourdieu o afirma para o caso da produção artística)

> condições favoráveis a uma teoria pura da arte - da arte enquanto tal, - instaurando uma dissociação entre a arte como simples mercadoria e a arte como pura significação, cisão produzida por uma intenção meramente simbólica e destinada à apropriação simbólica, isto é, à fruição desinteressada e irredutível à mera posse material (Bourdieu, 1982a:103).

Este processo de automização do campo chega a produzir uma autonomia que é, porém, relativa, e comporta modalidades de dependência que se tornam mais claras num momento seguinte, em que Bourdieu passa a examinar as relações que o campo intelectual mantêm com os demais campos, especialmente o campo do poder, "bem como os efeitos culturais que esta relação de dependência estrutural engendra" (Bourdieu, 1982a:99).

A ruptura dos laços com patronos e mecenas, tão característicos da produção cultural e artística em épocas anteriores à generalização da economia de mercado, a substituição progressiva das economias pessoais e diretas por um público numeroso de compradores anônimos proporcionou

> ao escritor e ao artista uma liberdade que logo se revela formal, sendo apenas a condição de sua submissão às leis do mercado de bens simbólicos, vale dizer, a uma demanda que, feita sempre com atraso em relação à oferta, surge através dos índices de venda e das pressões, explícitas ou difusas, *dos detentores dos instrumentos de difusão*, editores, diretores de teatro, marchands de quadros (Bourdieu, 1982a:103 e 104; o grifo é meu, M.D.P.)

Desse modo, a ideologia de uma cultura não-redutível a uma necessidade econômica assim como a ideologia de uma "criação" livre e desinteressada parecem esquecer os mecanismos próprios de um mercado cultural regido seja pelas demandas de uma clientela selecionada, seja pelos veredictos imprevisíveis de um público anônimo.

O sistema de produção e circulação dos bens simbólicos compreende diferentes instâncias com funções diversificadas de

produção, reprodução e difusão desses bens. Bourdieu estabelece uma divisão que se processa dentro do próprio campo de produção. Por um lado o campo da produção erudita, que produz para outros produtores e ignorando o "grande público", tem suas próprias normas de produção e critérios de avaliação desta. Obedece à lei da concorrência pelo reconhecimento cultural entre os pares, que são também clientes potenciais e concorrentes. Por outro lado, existe um campo da indústria cultural que vai produzir para o grande público, sujeitando-se à lei da concorrência pelo maior público possível (Bourdieu, 1982a: 105).

O campo de produção erudita opera por uma ruptura com o "grande público". Bourdieu adianta que essa pode ser apenas a

> transfiguração simbólica de uma exclusão de fato, ou melhor, a inversão, no âmbito da esfera propriamente cultural, da relação que se estabelece, na esfera econômica e política, entre a fração intelectual e as frações dominantes da classe dominante (Bourdieu, 1982a:105).

O campo então se fecha em si mesmo, atendendo tão somente aos "iniciados" e incorrendo, por efeito de um isolamento e com distanciamento do confronto com o público dos não-profissionais, numa circularidade entre os próprios agentes, público crítico e cúmplice. A produção erudita passa, deste modo, a obedecer a uma lógica de superação permanente na busca da *distinção* cultural.

A importância de se compreender a lógica do campo da produção erudita é dada pelo fato de que, ao autonomizar-se o campo, é dele que vão partir as normas de sua produção e os cri-

térios de avaliação de seus produtos, registrando-se desse modo uma tendência do campo a "retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com os princípios de seu próprio funcionamento" (Bourdieu, 1982a:106). Ou seja, quanto mais o campo da produção erudita pode funcionar como legitimador privilegiado, como instância consagradora propriamente cultural, mais tende a operar segundo princípios de avaliação internos e não-redutíveis a princípios externos, prevalecendo a vocação para neutralizar determinações de fora do campo, como, por exemplo, "fatores de diferenciação econômica, social ou política, como a origem familiar, a fortuna, o poder, bem como as tomadas de posição política" (Bourdieu, 1982 a:106).

Essa neutralização aparece mesmo no debate aparentemente politizado dos intelectuais. Segundo Bourdieu:

> tudo se passa como se o campo lançasse mão em grau máximo de sua autonomia a fim de tornar desconhecíveis os princípios externos de oposição, ou então, pelo menos, a fim de 'sobredeterminá-los' culturalmente, subordinando-os a princípios culturais (Bourdieu, 1982a: 106).

A desobediência às regras da produção intelectual pode implicar a exclusão simbólica daqueles que cometem tal falta. Assim aqueles produtores culturais que se esforçam, e, eventualmente, alcançam sucesso de público, são encarados, como diz Bourdieu, com um misto de suspeita e fascínio. A razão disso é que "a intervenção do 'grande público' chega a ameaçar a pretensão do campo ao monopólio da consagração cultural" (Bourdieu, 1982a:107).

Assim o melhor indicador da autonomia do campo de produção erudita está na distância entre a hierarquia dos produto - res conforme o "sucesso de público" e a hierarquia segundo o grau de reconhecimento no interior do grupo de pares-concorrentes; em outras palavras:

> o desnível entre os princípios de avaliação que lhe são próprios e aqueles que o "grande público" e, em particular, as frações não intelectuais das classes dominantes aplicam às suas produções (Bourdieu, 1982a: 107 e 108).

Torna-se, deste modo, difícil determinar a qualidade de um produtor erudito, na medida que tal qualidade só existe "na e pela relação circular de reconhecimento recíproco entre os artistas, os escritores e os eruditos" (Bourdieu, 1982a: 108).

Nos termos de Bourdieu, a *pretensão à ortodoxia* é o recurso de que se valem os diferentes produtores para legitimar uma forma determinada de manipulação de uma classe de bens simbólicos. Ou seja, mesmo que não esteja dominado por uma ortodoxia, o campo de produção erudita está sempre às voltas com ela, quer dizer, com os *critérios que vão definir o exercício legítimo de um determinado tipo de prática.*

Prosseguindo em seu esforço teórico para definir o processo de autonomização do campo da produção erudita, Bourdieu, afirma que

> o grau de autonomia de um campo de produção erudita é medido pelo grau em que se mostra capaz de funcionar como um mercado específico, gerador de um tipo de raridade e de valor irredutíveis à raridade e ao valor econômico dos bens em questão, quais sejam a raridade e o valor propriamente culturais (Bourdieu, 1982a:108 e 109).

Na competição pela legitimidade cultural, o campo erudito orienta sua produção para a busca de "distinções culturalmente pertinentes" em um determinado estágio de um campo específico. Para isso, vai usar temas, técnicas e estilos dotados de valor na economia interna do campo e, conseqüentemente, fazer existir culturalmente os grupos que os produzem, conferindo-lhes validade cultural e marcas de "distinção" reconhecidas como culturalmente pertinentes pelo campo.

Entendida assim, é a lei do próprio campo, e não a mera busca de diferença a qualquer preço, que vai envolver os produtores intelectuais na dialética da distinção cultural. Essa mesma lei que impõe a busca de distinção coloca igualmente os limites no interior dos quais a busca da diferença pode ser legitimamente empreendida. Os princípios que expressam de modo mais claro a especificidade diferenciada de uma determinada prática intelectual serão reconhecidos como pertinentes e legitimados como próprios ao campo.

Em outras palavras, como afirma Bourdieu(1982a:111),a ênfase dada ao aspecto mais específico e mais insubstituível no ato de uma determinada produção constitui procedimento destinado a afirmar a especificidade e o caráter único do produto e do produtor. Disto decorre serem os "princípios de diferenciação" usados de maneira cada vez mais rigorosa e afirmarem-se no discurso teórico, produzido pela e para a confrontação, de forma cada vez mais sistematizada.

A consequência é que a realização maior dos diferentes tipos de produção erudita, por conta da dialética do refinamento, da busca de distinção, será alcançada naquilo que possuem de mais irredutível a qualquer outra forma de expressão.

A dialética da distinção favorece a inclinação do artista a se fechar na busca da originalidade, o que, como diz Bourdieu, se faz acompanhar da ideologia do "gênio". Essa total exclusão do mercado coloca o "gênio" em condições econômicas difíceis, mas o libera das pressões exercidas pela demanda e asseguram assim "em bases objetivas a incomensurabilidade do valor propriamente cultural e do valor econômico das obras" (Bourdieu, 1982a:116).

A medida em que o conhecimento vai ficando mais esotérico, surge a necessidade de intérpretes privilegiados que, conhecedores do código específico interno do campo erudito, sirvam como mediadores entre esse e o grande público. A raridade e a distinção social de uma produção erudita estão diretamente ligadas à necessidade de conhecer um código específico para o seu deciframento. Pode-se compreender assim a importância da criação de instâncias capazes de assegurar a produção de receptadores com possibilidades de receber a cultura feita, bem como a produção de agentes capazes de reproduzi-la e renová-la.

As funções sociais do campo da produção erudita podem então ser entendidas e analisadas a partir da relação que ele mantém com as instâncias encarregadas da conservação do "capi -

tal de bens simbólicos" que os produtores do passado legaram e com os sistemas de ensino destinados a assegurar a possibilidade de aprender, utilizar, e reproduzir esse sistema, ou até de transformá-lo. O sistema de ensino tende a consagrar como digna de conservação a cultura que ele tem o mandato de reproduzir (Bourdieu, 1982a: 118).

Quando passa a examinar a defasagem temporal entre a produção erudita e sua consagração escolar Bourdieu aponta para uma categoria especial de produtores que tendem a conceber-se

> a si próprios como intelectuais ou artistas de direito divino, tornam-se "criadores" reivindicando autoridade devido a seu "carisma", tal como os profetas, ou seja, como *auctores* com pretensões a impor na esfera cultural uma *auctoritas cujo princípio exclusivo de legitimação é ela mesma* (ou então, o que é a mesma coisa em outros termos, reconhecem exclusivamente a autoridade do grupo de pares, reduzido quase sempre, inclusive nas atividades científicas, a uma igrejinha ou a uma seita). Destarte, mostram-se resistentes e reticentes até a reconhecerem a autoridade institucional que o sistema de ensino (enquanto instância de consagração) opõe às suas pretensões concorrentes. Demais, tais resistências são ainda maiores quando percebem os professores como uma espécie de lectores que comentam e expõem as obras produzidas por outros (como dizia Gilbert de la Porrée) e cuja produção própria, mesmo quando não se destina diretamente ao ensino ou não resulta dele diretamente, deriva inúmeras de suas características da prática profissional de seus autores e da posição que ocupam no sistema de produção e circulação de bens culturais. Defrontamo-nos, neste ponto, com o princípio da relação ambivalente que os produtores mantêm com a autoridade escolar: se a *denúncia da rotina professoral é consubstancial à ambição profética a ponto de constituir, diversas vezes, o atestado de qualificação carismática*, não obstante, os produtores não podem deixar de estar atentos aos veredictos - passíveis de revogação e revisão - da instituição universitária pois não podem ignorar que ela terá a última palavra e que a consagração final lhes será concedida, em última instância, por uma autoridade cuja legitimidade contestam tanto através de sua prática como de sua ideologia profissional, sem que com isso consigam escapar a seu campo de aplicação.

> Tanto assim que inúmeras agressões contra a instância universitária constituem o melhor testemunho de que seus autores reconhecem a tal ponto a legitimidade de seus veredictos que a reprovam por não lhes ter concedido seu reconhecimento (Bourdieu, 1982a:126 e 127;os grifos são meus. M.D.P.).

A ideologia do carisma, do gênio, que, como mostra Bourdieu, está na base da crença no valor de uma determinada obra, é um obstáculo à compreensão de como se produz o valor de um determinado bem cultural (Bourdieu, 1977:5). A possibilidade legítima de reivindicar a categoria de "autor" e a conseqüente autoridade para consagrar sua obra depende da capacidade de "se faire un nom, un nom connu et reconnu" (Bourdieu, 1977:4). É preciso saber o que concede a autoridade em que o autor se apóia (1). Essa autoridade vai depender, segundo Bourdieu, da posição que um produtor ocupa na estrutura interna das relações de produção de seu campo específico e do acúmulo de capital cultural que lhe confere poder simbólico (1982a:88 e 93).

Aquilo que Lévi-Strauss chama de "complexo xamanístico" (2) seria, nos termos de Bourdieu, a

> dialética da experiência íntima e da imagem social, circulação quase mágica de poderes no curso da qual o grupo produz e projeta o poder simbólico que será exercido sobre ele, e ao fim da qual se constitui, tanto para o profeta como para seus sectários, a experiência do poder profético responsável por toda a realidade de tal poder (1982a:55 e 56).

---

(1) Para uma compreensão mais aprofundada a respeito, ver o artigo de Pierre Bourdieu "La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques", *Actes de la Recherche*, no. 13, fevereiro de 1977.

(2) "Quesalid não se tornou um grande feiticeiro porque curava seus doentes, ele curava seus doentes porque se tornara um grande feiticeiro"(Lévi-Strauss, 1975:207 e 208).

O que Bourdieu procura deixar claro, ao fazer sua crítica à teoria da religião de Max Weber, e que pode elucidar melhor a questão da dialética da experiência íntima e da imagem social, é que o *trabalho religioso* é feito por agentes *investidos do poder* de responder às necessidades específicas de um grupo social determinado através de uma prática ou de um discurso particular (Bourdieu, 1982a:79). As possibilidades de ocupar determinadas posições num determinado campo dependem de muitos fatores, entre os quais o acúmulo de capital social no sentido de uma rede útil e durável de relações de mútuo conhecimento e reconhecimento (Bourdieu, 1980:2) e de capital cultural. O capital cultural, segundo Bourdieu, pode existir em três estados:

> Le capital cultural peut exister sous trois formes: à *l'état incorporé*, c'est à dire sous la forme de dispositions durables de l'organisme; *à l' état objectivé*, sous la forme de biens culturels, tableaux, livres, dictionnaires, instruments, machines, qui sont la trace ou la réalisation de théories ou de critiques de ces théories, de problématiques, etc.; et enfin *à l'état institutionnalisé*, forme d'objectivation qu'il faut mettre à part parce que, comme on le voit avec le *titre scolaire*, elle confère au capital cultural qu'elle est censée garantir des propriétés tout à fait originales (Bourdieu, 1979:3).

O título escolar funcionaria, então, como um *brevet* de competência assegurando um valor àquele que o possui. O capital cultural, nesse caso, é instituído por um ato de "magia coletiva": "la magie *performative* du *pouvoir d'instituer*, pouvoir de faire voir et de faire croire, ou, en un mot, de faire *reconnaître*" (Bourdieu, 1979:5). É uma mágica no sentido de que é imposta pela crença coletiva.

Em outro de seus trabalhos, Bourdieu reafirma a impor-

tância do título, que vai ampliar e intensificar a crença no valor daquele que o possui.

> *L'investiture exerce une efficacité symbolique tout à fait réelle en ce qu'elle transforme réellement la personne consacrée:* d'abord *parce qu'elle transforme la representation que s'en font les autres agents et surtout* peut-être *les comportements qu'ils adoptent à son égard* (le plus visible de ces changements étant le fait qu'on lui donne des titres de respect et le respect réellement asocié à cette énonciation); *et ensuite parce qu'elle transforme du même coup la représentation que la personne investie se fait d'elle-même et les comportements qu'elle se croit tenue d'adopter pour se conformer à cette représentation.* On peut comprendre dans cette logique l'effet de tous les titres sociaux de crédit ou de croyance - les Anglais les appellent *credentials* - qui, comme le titre de noblesse ou le titre scolaire, multiplient, et durablement, la valeur de leur porteur en multipliant l'intensité de la croyance en leur valeur (Bourdieu, 1982b:59; os grifos são meus. M.D.P.).

Os "ritos de instituição" têm uma grande eficácia simbólica na medida em que agem sobre o real ao agir sobre a representação do real. Entretanto, para que tais ritos tenham êxito é preciso que

> l'institution, au sens actif d'acte tendant à instituer quelqu'un ou quelque chose en tant que dotés de tel ou tel statut et de telle ou telle propriété, est un acte d'institution en un autre sens, c'est à dire un acte garanti par tout le groupe ou par une institution reconnue (Bourdieu, 1982b:62).

Nesse sentido um impostor difere de um agente legítimo na medida em que a condição deste - de professor, de psicanalista, de artista - está fundada, não em sua crença ou pretensão singular, mas na crença coletiva, garantida pela instituição e materializada em títulos e símbolos. Instituir uma identidade social significa assegurar uma competência da qual um aspecto fundamental é a representação que o investido tenderá a, ou *deverá*, fazer de

si próprio: *imagem social e experiência íntima*.

> L'institution d'une identité, qui peut être un titre de noblesse ou un stigmate (tu n'es qu'un...), est l'imposition d'une essence sociale. Instituer, assigner une essence, une compétence, c'est imposer un droit d'être qui est un devoir être (ou d'être). C'est *signifier à quelqu'un ce qui'il est et lui signifier qu'il a à se conduire en conséquence. L'indicatif en ce cas est un impératif* (Bourdieu, 1982b:60; com exceção do verbo *signifier*, os grifos são meus, M.D.P.).

Assim, no processo de legitimação cultural, estão imbricados vários campos, basicamente o campo intelectual, o campo político, o campo econômico que se articulam segundo uma dinâmica em que estão em jogo consumo de bens simbólicos, conquista de poder e ascensão social. Nosso interesse porém não é uma discussão a respeito dos ganhos materiais e/ou simbólicos implicados nesse processo, mas uma compreensão da lógica desse processo de legitimação, e, mais especificamente, o entendimento do percurso realizado pelo psicanalista em busca de reconhecimento social. Desconhecer, ou mesmo negar, as determinações de ordem política e/ou econômica, ou, como diz Joel Birman, não levar em consideração "o estatuto ideológico implicado na psicanálise", assim como "o seu atual lugar de destaque na economia simbólica das classes médias" (1984:12) seria contribuir para uma "desrealização" (Bourdieu, 1982:106) do campo psicanalítico, de tal modo que este correria o risco de ser engolfado por interferências e determinações exteriores a ele próprio. A omissão em relação ao "extraterritorial" (Aulagnier, 1980:14) pode implicar o domínio por parte deste mesmo "extraterritorial". Daí termos privilegiados o ponto de vista de Bourdieu, ao levarmos em consideração a importância de uma dupla leitura no

que se refere a *tomadas de posição* dos psicanalistas quanto aos princípios fundamentais que regem o seu campo, no sentido de localizar o valor teórico na estrutura interna do campo e o valor em termos de ganhos simbólicos e/ou materiais que dizem respeito a outros campos.

Qualquer tomada de posição cultural - e Bourdieu é categórico ao afirmá-lo é

> passível de uma dupla leitura na medida em que se encontra situada ao mesmo tempo no *campo propriamente cultural* (por exemplo, científico ou artístico) e em um *campo que se pode designar "político"*, a título de *estratégia consciente ou inconcientemente orientada em relação ao campo das posições aliadas ou inimigas* (Bourdieu,1982a:169; os grifos são meus. M.D.P.)

O valor da psicanálise como um conhecimento que trouxe inúmeras contribuições, tanto em suas aplicações terapêuticas,quanto em termos de sua utilização como método de investigação, é inegável. E é sem perder isto de vista que desejamos situar,dentro do enfoque acima proposto, as seguintes questões:como se dá o processo de autonomização do campo psicanalítico e sua possibilidade de auto regulação? Quais as prescrições e os princípios fundamentais que marcam a especificidade do campo psicanalítico e seu modo de transmissão e como vão distinguir a instituição psicanalítica das outras instituições de formação profissional? Qual o fundamento da autoridade de Freud em termos da legitimação do valor de sua obra?

Para a compreensão do momento inicial de constituição do campo psicanalítico, procuraremos acompanhar de um ponto de

vista crítico, que buscará valer-se de tudo o que estivemos vendo até aqui, a trajetória de Freud e de seus primeiros discípulos, no sentido de explicitar a especificidade do modo de transmissão da psicanálise e as estratégias e conflitos que envolveram o processo de institucionalização e de reconhecimento social desta.

Em seguida procuraremos situar o momento atual em termos das críticas que foram feitas ao processo de formação e produção em psicanálise, que possibilitaram o aparecimento de novos modelos de instituições psicanalíticas.

Finalmente, optamos por buscar reencontrar essas questões em sua dimensão mais concreta voltando-nos para uma experiência de institucionalização levada adiante no Rio de Janeiro, no final da década de 1970, por um grupo de psicólogos empenhados em constituir um modelo alternativo de formação em psicanálise: o Núcleo de Estudos e Formação Freudiana - NEFF(1).

---

(1) Uma explicitação mais clara dos motivos que levaram a escolher este momento e este projeto de institucionalização pode ser encontrado mais adiante, nas primeiras páginas do quarto capítulo deste trabalho.

UNIVERSIDADE CATÓLICA

PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO DO CAMPO PSICANALÍTICO

A trajetória de Freud é marcada por uma série de estratégias e conflitos que pontuam o processo de legitimação da psicanálise. Do fechamento em busca da originalidade à criação de uma associação psicanalítica internacional (IPA), podemos acompanhar a história do movimento psicanalítico - que fala por si só - naquilo que ela tem de revelador das injunções do processo legitimatório, da constituição de uma identidade social reconhecida. A ótica proposta por Bourdieu nos orientou neste relato.

De como Sigmund Freud chegou a se tornar um nome conhecido e reconhecido

A sede de conhecimento e uma grande curiosidade em relação ao campo do saber levaram Freud a buscar sempre o que havia de melhor em cada área; nunca, entretanto, desprezando aparentes insignificâncias que, muitas vezes, sob o seu olhar atento, mostravam-se reveladoras. Em consequência disso adquiriu um considerável nível de conhecimentos teóricos e conquistou o respeito de mestres ilustres. Esses conhecimentos e essas relações se constituíram numa importante soma de "capital social" e "capital cultural", que lhe seriam de grande valia

no sentido de conseguir reconhecimento, em termos do valor de sua obra, ainda em vida.

O "capital social" e o "capital cultural" acumulados através de uma profícua rede de relações de prestígio - Meynert, Brücke, Charcot, Breuer, Kraft-Ebbing, Nothnagel e outros - de títulos significativos e indicadores de uma posição privilegiada - *Privatdocent*, bolsista em Paris, especialista em doenças nervosas- e de uma obra sistemática, desenvolvida em constantes publicações incluídas em revistas reconhecidas, conferem a Freud um lugar de poder e de autoridade que lhe seriam de grande valia naquele momento posterior de sua trajetória de distinção em que começa a expor idéias que vão despertar forte oposição por parte do saber médico oficial e, por isso mesmo, provocam sua marginalização e subseqüente exclusão dos meios acadêmicos vienenses.

Através da história do movimento psicanalítico é possível acompanhar o esforço de Freud para determinar o campo específico da psicanálise e assegurar sua progressiva autonomização, da qual um momento particularmente significativo é a criação da IPA, destinada a preservar e legislar sobre o conhecimento psicanalítico.

Os escritos de Freud, as biografias sobre sua vida e sua obra e sobre a vida e a obra dos fundadores da psicanálise possibilitam a compreensão do processo de autonomização desta como um campo específico do conhecimento, que se faz corre-

latamente ao processo de reconhecimento social da psicanálise.

Em 30 de março de 1881 Freud obteve sua qualificação médica na Universidade de Viena e foi trabalhar no Instituto de Fisiologia com Brücke, que foi o principal patrono da candidatura de Freud ao posto de *Privatdocent* e cuja influência foi o fator decisivo para que Freud conseguisse uma bolsa de viagem para estudar em Paris. Nesse período, face à precariedade de sua situação financeira, Freud foi ajudado por alguns amigos. Papel importante em sua vida, tanto no sentido de auxílio econômico regular, quanto no sentido de influência em sua orientação profissional, teve o Dr. Josef Breuer (Jones,1975:84-89).

A principal experiência puramente psiquiátrica de Freud se deu na clínica psiquiátrica de Meynert, considerado,na época, o maior anatomista de cérebro. Freud passou por outros departamentos de medicina - cirurgia, clínica geral, dermatologia - até permanecer por um período mais longo no departamento de doenças nervosas, onde ingressou em janeiro de 1884 (Jones, 1975:91-94). Em 1885, Freud chegou à posição de *Privatdocent* que, segundo Jones, tinha um valor especial:

> Um Privatdocent não tem o direito de frequentar as reuniões da Faculdade, nem recebe qualquer salário, mas a ele é permitido manter certo número de classes, usualmente sobre tópicos fora do currículo regular. A posição é altamente valorizada. É a condição necessária para qualquer progresso universitário, e goza de grande prestígio junto ao público em geral, uma vez que é índice seguro de especial competência. Pouquíssimos lugares são preenchidos, e, por isso mesmo, o grupo reduzido é uma elite(Jones, 1975:96).

Ainda em 1885, Freud vai estudar com Charcot na Salpêtrière, em Paris e fica bastante impressionado com as formulações de Charcot a respeito da histeria. A personalidade e a convicção de Charcot com respeito a suas próprias descobertas foram marcantes para Freud. As críticas severas a partir das teorias da época nunca foram obstáculos para que Charcot seguisse seu caminho. E Charcot costumava dizer, diante de teorias que contrariassem suas descobertas: "Ça n'empêche pas d'exister" (Freud, 1924: vol. XX:13).

Quando volta a Viena, Freud se estabelece como especialista em doenças nervosas. É por essa época que tem ínicio o movimento de marginalização de Freud no meio acadêmico. A exposição sobre o que aprendera com Charcot, principalmente a afirmação a respeito da histeria masculina, é muito mal recebida na Sociedade de Medicina de Viena. Ao mesmo tempo que exigiam de Freud provas a respeito de suas formulações, não lhe era concedida permissão para trabalhar com casos que encontrasse nos hospitais. Mas Freud consegue, fora do hospital, um caso clássico de histeria num homem e o apresenta na Sociedade de Medicina. Dessa vez é aplaudido, mas a pressão do não-reconhecimento por parte das autoridades médicas permanece. Progressivamente, Freud vai sendo excluído do laboratório de anatomia cerebral, não tem onde dar aulas e acaba sendo excluído da vida acadêmica.

Clínica: o lugar da descoberta

A marginalização acadêmica e a busca de distinção culturalmente pertinente favorecem o progressivo fechamento de Freud em torno do aprofundamento de suas pesquisas. Depois da experiência na Salpêtrière, Freud retoma o contato com Breuer, de quem, já antes da viagem à Paris, costumava ouvir com interesse notícias sobre descobertas a respeito dos sintomas histéricos. Resolve então experimentar, nos casos que atendia, a técnica de Breuer de investigar, sob hipnose, a causa dos sintomas apresentados. Breuer descobrira que o estado de suas pacientes melhorava quando elas revelavam as fantasias que ocupavam sua mente quando estavam sob hipnose. Era o método catártico de Breuer, que comportava o trabalho com hipnose. Com o intuito de se aprimorar no assunto, Freud vai, em 1889, para Nancy aperfeiçoar sua técnica de hipnotismo com Liébault e Bernheim, os dois maiores hipnotistas da época. Entre 1886 e 1891, as preocupações de Freud estiveram voltadas para a garantia material da sua sobrevivência em sua nova profissão, e Freud quase não produz teoricamente. Decidindo viver da clínica, Freud sabiamente constata que é necessário fazer algo para ajudar o paciente nervoso de tal modo que, efetivamente, por conta da eficácia de seu tratamento, tenha clientes. Entretanto sua preocupação sempre esteve voltada para a investigação do funcionamento psíquico.

Freud sugere a Breuer escreverem juntos um trabalho sobre o assunto. Este reage e só aceita o projeto depois que tem

acesso a um trabalho publicado por Janet (1) sobre experiência similar. Publicam então, em 1893, *Sobre os mecanismos psíquicos dos fenômenos histéricos: uma comunicação preliminar* e, em 1895, os *Estudos sobre histeria*. Já aí começam a aparecer as discordâncias entre os dois, quando Freud tende para uma explicação não-fisiológica dos fenômenos histéricos, propondo a noção de neurose de defesa, ao passo que Breuer sustenta a existência de estados hipnóides (Freud, 1924:vol.XX:21-23).

Freud seguia, nesse novo campo de atividade, uma orientação eminentemente clínica. Queria juntar mais evidências que confirmassem suas hipóteses, o que daria a suas formulaçoẽs teóricas maior legitimidade. Breuer reagia a admitir o caráter defensivo dos sintomas, o fato de serem esses sobredetermina - dos e a função da resistência, fatores que Freud começa a investigar mais cuidadosamente. A essa altura, Freud começa a alterar sua técnica: deixa de usar a catarse, passando a valer-se do método de pressão sobre a fronte, e, aos poucos, entre 1895 e 1898, vai eliminando os elementos sugestivos e criando o método psicanalítico de associação livre (Kris, 1956:42).

Por volta de 1895, a preocupação de Freud era ainda a de adotar os fenômenos fisiológicos e aquilo que fosse fisicamente mensurável como fundamento de toda consideração psico

(1) Do ponto de vista da necessidade de legitimação, escrever um trabalho em colaboração com Breuer é significativo, e mais ainda o fato de que este só aceita o projeto depois que um trabalho na mesma linha é escrito por Janet.

lógica (Kris, 1956:47), o que, para além das questões de ordem propriamente científica, traduz a preocupação de se manter dentro dos princípios fundamentais do campo científico de modo a garantir a legitimidade de sua produção. O intento de Freud em chegar a uma concepção global da psicologia e da fisiologia cerebral aparece sob a forma de um *Projeto de uma psicologia para neurólogos* (1895) que é, por essa razão, de grande valor histórico. Após seus esforços para discutir o assunto com Fliess, que não têm grandes resultados, Freud arquiva o "projeto" e dá atenção novamente a outros fenômenos que aparecem na sua clínica (Kris,1956, 481-50).

A partir dessa época, a separação entre Freud e Breuer vai se tornando inevitável. A experiência clínica vai deixando claro para Freud que a excitação emocional que agia por trás da neurose era de natureza sexual, e nem as críticas acirradas de que essa concepção é alvo o demovem de suas investigações, que se encaminham para a questão da sexualidade.

Freud passa a investigar a vida sexual dos pacientes neuróticos que o procuram. Sua popularidade como médico foi abalada por essas pesquisas, mas sua convicção de que estava no caminho certo impediu que ele desistisse. As tentativas de apresentar seus trabalhos sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses em algumas sociedades médicas são recebidas com desdém. E o apoio de Breuer é ineficaz porque ele próprio já não acreditava muito nisso (Freud, 1924:vol.XX, 25-26).

Uma importante descoberta nesse *processo de investigação* é a de que resultados excelentes eram perdidos se a relação pessoal com a paciente ficasse conturbada, o que levou Freud a formular a hipótese de que a relação emocional entre o paciente e o terapeuta era mais forte e significativa do que o processo catártico. Outro momento de suma importância é aquele em que Freud se dá conta do valor do sonho como revelador das produções inconscientes. O trabalho solitário de Freud e a análise de seus próprios sonhos vão marcando de modo decisivo os parâmetros do campo psicanalítico. Freud considera o seu trabalho sobre os sonhos, publicado em 1900, como o ponto de ruptura da psicanálise como um assunto puramente médico e, à medida em que segue aprofundando seus estudos, vai se desligando efetivamente da medicina. O neurologista vai cedendo lugar ao psicanalista. Em seu estudo autobiográfico, Freud afirma que:

> For more than ten years after my separation from Breuer I had no followers. I was completely isolated. In Vienna I was shunned, abroad no notice was taken of me. My *Interpretation of Dreams*, published in 1900, was scarcely reviewed in the technical journals (Freud, 1924:vol. XX,48).

Esse é o período extremamente fértil em que Freud se fecha numa busca febril da verdade e produz, se não os principais conceitos de sua teoria, pelo menos aqueles que rompem com o conhecimento médico-fisiológico do psiquismo, dão a possibilidade da construção dessa teoria e que vão estabelecendo os parâmetros do novo campo, ou seja, do que é ou não é psicanálise. Nesse período, sua única relação significativa foi com Wilhelm Fliess, relação essa que podemos acompanhar através de

profícua correspondência que durou de 1877, quando Freud tinha 31 anos, até 1902 quando já contava 46 anos. As cartas trocadas nesse período de 15 anos têm servido como importante referência para a compreensão da produção teórica de Freud e das vicissitudes da constituição do campo psicanalítico.

Numa visão prospectiva, era assim que Freud se via nesse período de "esplêndido isolamento" em torno de suas idéias que corresponde aproximadamente à última década do séc.XIX:

> I pictured the future as follows: - I should *probably succeed in maintaining myself by means of the therapeutic success of the new procedure*, but science would ignore me entirely during my lifetime; some decades later, someone else would infallibly come upon the same things - for which the time was not now ripe - would *anchieve recognition* for them and *bring me honour as a forerunner whose failure had been inevitable*. Meanwhile, like Robinson Crusoe, I settled down as confortably as possible on my desert island. When I look back to those lonely years, away from the pressures and confusions of to-day, it seems like a glorious heroic age. My *'splendid isolation'* was not without its advantages and charms. I did not have to read any publications, nor listen to any ill-informed oppponents; I was not subject to influence from any quarter; there was nothing to hustle me. I learnt to restrain speculative tendencies and to follow the unforgotten advice of my master, Charcot: to look at the same things again until they themselves begin to speak. My publications, which I was able to place with a little trouble, could always lag far behind my knowledge, and could be post-poned as long as I pleased, since there was no doubtful "priority to be defended"(Freud,1914:22; os grifos são meus M.D.P.).

O isolamento de Freud, nesse período, certamente tem um papel no sentido de assegurar o valor da sua obra. Na medida em que vai se aprofundando no assunto, vai se tornando a

única autoridade sobre um tema que ninguém mais conhece(1). A convicção íntima de que estava certo, para a qual o estímulo de Fliess, no período de isolamento, foi fundamental, lhe dá forças para prosseguir sozinho seu caminho. Entretanto essa crença íntima, favorecida pelo apoio de Fliess, assim como pelo sucesso terapêutico, não era suficiente para as finalidades de Freud. Para não ficar como um *forerunner* cujos trabalhos seriam reconhecidos anos depois, Freud queria o reconhecimento da comunidade científica, queria a consagração de sua obra entre os seus pares. Desse modo teve sempre o cuidado em não se perder em especulações, pois se a lei do campo da produção erudita impõe a busca da distinção, estabelece igualmente limites no interior dos quais a busca da diferença pode ser legitimamente empreendida, não tendo lugar portanto, a busca da diferença a qualquer preço (Bourdieu,1982a:109).

Se por um lado, Freud se permitia recorrer a temas não muito considerados pela comunidade científica, tais como supertições e crenças populares, por outro lado mantinha uma preocupação com o rigor teórico e a cientificidade de suas descobertas. Assim num primeiro momento, Freud suporta a solidão e adquire uma convicção interna a respeito do valor de sua obra, para a qual a clínica e o sucesso terapêutico do novo método, assim como a relação com Fliess e a experiência de auto-análise foram elementos fundamentais, possibilitando a

(1) Sobre o fechamento em busca da originalidade e a questão do "autor", ver Bourdieu, 1982a: 116 a 126/127, citado *supra*.

experiência íntima de Freud em termos de crença no próprio valor, para, no segundo momento, emergir da solidão em busca de reconhecimento externo, já então entre seus pares, completando-se a necessária dialética entre experiência íntima e imagem social que dá o fundamento da condição legítima.

A autonomização do campo psicanalítico ou de como se resolvem as coisas no mundo de Viena

O processo de autonomização da psicanálise se dá em meio a uma série de ocorrências e episódios que não se restringem ao trabalho isolado de Freud e ao estímulo que este recebia de Fliess. A medida em que vai ficando mais seguro de suas descobertas, Freud começa a buscar reconhecimento externo, e recorre a estratégias políticas envolvendo sua rede de relações (Bourdieu, 1980:2, citado *supra*) que lhe permitis - sem tornar, oficialmente reconhecidas suas idéias. É nesse segundo momento, por oposição ao primeiro, que vemos de modo mais evidente as interferências de diversos campos - intelectual, político e econômico. Freud reconhece ainda a importância da universidade em sua função consagradora e a publicação, em revistas especializadas, como uma forma de legitimação, na medida em que a penetração de suas idéias ocorre por uma via autorizada e reconhecida pelo campo de produção erudita: quanto mais restrita a iniciados é uma revista, mais valor ela tem no campo ao qual se destina.

Começam, portanto, a aparecer resenhas de seus artigos em periódicos de psiquiatria e, após um período de indiferença com relação ao seu afastamento da universidade, Freud resolve "tornar-se igual aos outros homens" (Jones, 1975:339) e, através da influência pessoal de uma paciente sua, Marie Ferstel (1), consegue retomar seu lugar de professor.

Embora seja possível afirmar que o fechamento em torno de suas idéias lhe conferia um alto grau de distinção, Freud estava pagando caro por sua marginalização acadêmica, o que aponta para a importância da consagração acadêmica em termos de reconhecimento pelo grupo de pares, ou seja, Freud carecia de legitimidade no interior do campo de produção erudita.

Numa carta a Fliess, escrita depois de ter retornado à universidade, Freud fala, não sem ironia, sobre a importância de saber "como as coisas se resolviam no mundo de Viena" (*Jones*, 1975: 340) e sobre o efeito que a retomada de sua posição acadêmica tem em termos do reconhecimento social da psicanálise:

> A população da cidade está participando extensamente. Cumprimentos e ramos de flores chovem sobre mim neste momento, como se Sua Majestade houvesse oficialmente reconhecido o papel da sexualidade, o Conselho de Ministros tivesse confirmado a importância dos sonhos, e a necessidade do tratamento psicanalítico da histeria tivesse recebido sanção do Parlamento por uma maioria de dois terços (*apud* Jones, 1975:340).

---

(1) Episódio extremamente curioso e ilustrativo das interferências de campo, onde se verificam desde sinais de uma concorrência afetiva entre pacientes em torno de Freud até uma troca de bens simbólicos, em que um quadro é trocado por um cargo. (Maiores detalhes em Jones, 1975:339-340).

Segundo o relato de Jones, a partir de sua reintegração à universidade, Freud passa a ser tratado de modo bem mais respeitoso e, o que era muito importante para ele, sua clínica entra numa fase de permanente incremento. Agora há seguidores à volta de Freud, e suas conferências na universidade começam a se tornar populares. A investidura acadêmica, e esse episódio é ilustrativo disso, tem efeito de reconhecimento, ampliando o valor e o poder simbólico daquele que é autorizado por uma universidade de prestígio (Bourdieu, 1979:5 e 1982b:58-63, citado *supra*). Segundo Jones, Freud sempre preferiu a intimidade de um público menor aos riscos da popularização excessiva, no que intuía sabiamente, o gênero de reconhecimento de que seu projeto intelectual carecia. Jones relata uma ocasião, por exemplo, em que, estando seus trabalhos mais conhecidos, Freud reage à entrada de vários estudantes em uma de suas conferências:

> Se, minhas senhoras e meus senhores, vocês vieram até aqui em tais avalanches à espera de alguma coisa sensacional ou mesmo lúbrica, estejam seguros de que farei o possível para que os esforços de vocês tenham sido inúteis. Na conferência seguinte, a platéia havia diminuído para um terço do número originário. Nos últimos anos Freud controlava a situação não admitindo ninguém sem um cartão que ele fornecia somente depois de uma entrevista pessoal com o interessado (Jones, 1975:342).

Os primeiros seguidores de Freud, do grupo que se constituiu a partir de suas aulas na universidade, foram Max Kahane e Rudolf Reitler. Kahane fala de Freud a Stekel, que vai então procurá-lo para um tratamento. A análise de Stekel com Freud é bem sucedida, e Stekel começa, em 1903, a exercer a psicanálise. É sua a sugestão de que o grupo, que a essa altura já contava com Adler, se reúna, na casa de Freud, para discutir seus traba-

lhos. O grupo era chamado de Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, e Stekel fazia o relato desses encontros na edição de domingo do *Neues Wiener Tagblatt*. Isso aconteceu em 1902, e outros nomes vão aderindo ao grupo nos anos seguintes, entre eles o futuro editor (1) de Freud, Hugo Heller. Otto Rank, Sandor Ferenczi, Victor Tausk, Hanns Sachs são alguns dos mais conhecidos. Entre os primeiros convidados a participar da sociedade estavam Max Eitington, Carl Jung, Karl Abraham, Abraham Brill e Ernest Jones (Jones, 1975:372-373).

Em 1904, Havelok Ellis, um neurologista de renome, faz referências elogiosas a Freud em um livro seu, o que contribuiu para a difusão e o prestígio da psicanálise. Em 1906, uma adesão importante para o movimento foi a de Jung. Jung era assistente de Bleuler, que era chefe de um hospital público para doenças mentais em Zurich chamado Burghölzli. Em 1908, o "grupo das quartas-feiras" passa a constituir a primeira sociedade psicanalítica, a de Viena. Reúnem-se todos em um congresso informal em Salzburg, em abril de 1908, de caráter bastante íntimo, onde decidem publicar um periódico, o primeiro totalmente devotado à psicanálise: *Jahrbuch für psychoanalytiskhe und psychopathologische Forschungen*. O jornal seria editado por Jung e dirigido por Freud e Bleuler. Um periódico dessa natureza possibilitava uma independência maior dos artigos a serem publicados, e só teve sua publicação interrompida no início da Primeira Guerra Mundial.

(1) O editor iniciado, investido de legitimidade no interior do próprio campo, vai colaborar na difusão e no processo de reconhecimento externo do produto que ele põe no mercado (Ver Bourdieu, 1982:100-107).

Em 1909, um outro acontecimento importante. Freud e Jung são convidados por Stanley Hall, presidente da Clark University de Massachussets, para uma série de cinco conferências sobre psicanálise. Em seu estudo autobiográfico, Freud faz um comentário que dá uma dimensão da importância que atribuía ao reconhecimento social da psicanálise pela instituição acadêmica, pelo grupo de pares, isto é, no campo intelectual. Com isso ela *ganhava realidade*, não correndo mais o risco de ficar como um produto delirante de seu criador:

> At that time I was only fifty-three. I felt young and healthy, and my short visit to the new world encouraged my self-respect in every way. In Europe I felt as though I were despised; but over there I found my self received by the *foremost men as an equal*. As I stepped on to the platform at Worcester to deliver my Five Lectures on Psycho-Analysis (1910a) it seemed like the realization of some incredible day-dream: *psycho-analysis was no longer a product of delusion, it had become a valuable part of reality* (Freud, 1924, vol. XX: 52; os grifos são meus M.D.P.).

Crescia o interesse em torno da psicanálise, mas de um modo geral "German science was united in rejecting it" (Freud, 1924, vol. XX:49). Freud usava conceitos do próprio campo, como o de resistência, para explicar a reação contra a psicanálise, neutralizando assim as críticas contrárias e validando sua formulação teórica; ora, segundo Bourdieu, um dos índices de autonomização do campo de produção erudita é a possibilidade de neutralizar as críticas provenientes de fora do campo com conceitos e postulados do próprio campo (Bourdieu, 1982a:106 ; vide *supra*, capítulo I deste trabalho).

É dentro desta forma que Freud se expressa sobre o

sentido que ele dava à reação hostil à psicanálise:

> I was saved from becoming embittered however, by a circunstance which is not always present to help lonely discovers. Such people are as a rule tormented by the need to account for the lack of simpathy or the aversion of their contemporaries, and feel this attitude as a distressing contradiction of the security of their own sense of conviction. There was no need for me to feel so; *for pycho-analytic theory enabled me to understand this attitude* in my contemporaries and to see it as a *necessary consequence of fundamental analytic premisses*. If it is true the set of facts I had discovered were kept from the knowledge of patients themselves by internal resistances of an affective kind, then these *resistances would* be bound to appear in healthy people too, as soon as some external source confronted them with what was repressed. It was not suprising that they should be able to justify this rejection of my ideas on intellectual grounds though it was actually affective in origin. The same thing happened equally often with patients; the arguments they advanced were the same and were not precisely brilliant . In Falstaff's words, reasons are'as plenty as black berries'. The only difference was that with patients one was in a position to bring pressure to bear on them so as to induce them to get insight into their resistances and overcome them, whereas one had to do without this advantage in dealing with people who were ostensibly healthy. How to compel these healthy people to examine the matter in a cool and scientifically objective spirit was an unsolved problem which was best left to time to clear up. In the history of science one can clearly see that often the very proposition which has at first called out nothing but contradiction has later come to be accepted, although no new proofs in support of it have been brought forward.
> It was hardly to be expected, however, that during the years when I alone represented psycho-analysis I should develop any particular respect for the world's opinion or any bias towards intellectual appeasement (Freud, 1914:vol.XIV,23-24).

Segundo Freud (1924,vol.XX:50), "the result of the official anathema against psycho-analysis was that the analysts began to come closer together". Em março de 1910, durante o segundo congresso psicanalítico, realizado em Nuremberg,Freud encarrega Ferenczi de propor a fundação de uma associação in-

ternacional, dividida em várias sociedades locais, com um presidente único. Funda-se uma associação para marcar uma diferença e legitimar essa diferença. A IPA tem uma função social e política no processo de autonomização do campo psicanalítico, estabelecendo um modelo de formação *distinto* do de qualquer outra profissão.

Sob os protestos veementes dos vienenses (Adler, Stekel), Jung é eleito presidente da IPA. Independentemente do talento que Freud reconhecia em Jung e das contribuições deste para a psicanálise, havia outra justificativa para essa escolha:

> Freud era grato ao grupo de Zurique por seus esforços no sentido de obter o reconhecimento da psicanálise. Por outro lado, estava ansioso por estabelecer a psicanálise em bases mais amplas do que as que poderiam ser proporcionadas pela intelectualidade vienense. Considerava a Suíça o centro da atividade científica internacional, ao passo que Viena não apenas estava à margem dos grandes centros de cultura européia ocidental, como também submetida a fortes preconceitos (Selesnick,1981: 83).

Em carta a Abraham, de 1908, Freud escreve que a adesão de Jung tinha sido fundamental para livrar a psicanálise do perigo de "tornar-se um fenômeno nacional judaico"(Jones, 1975: 401). Assim, para além dos aspectos de envolvimento afetivo - transferencial - bastante evidentes em todo o grupo que se reunia em torno do *mestre*, sobressaía a importância de Jung do ponto de vista de sua 'posição' no campo cultural da época. Como não-judeu, seu aval era oportuno. Por outro lado, sua produção teórica era respeitada, e ele era assistente de um psiquiatra de renome na Suíça, que, por sinal, também apoiava o movimento. Só quando Bleuler rompe com Jung é que o Burghölzli, como diz

Freud, "é perdido para a causa analítica" (Freud,1924:vol.XX,51).

Embora preocupado com a penetração e o reconhecimento da psicanálise, Freud estava sempre atento ao seu prestígio e ciumento da 'pureza' de suas idéias. Desse modo, não perdia de vista os eventuais abusos que poderiam advir de sua popularização(1) e não poupava esforços, escrevendo longos trabalhos para apontar desvios e restringir o campo legítimo que correspondia à psicanálise. Mais adiante esse aspecto fica mais claro ao tratarmos das dissidências de Jung e de Adler.

A autonomização de um campo não se dá sem conflitos e as tomadas de posição e as brigas pelo poder correlatas ao aumento de consumidores virtuais, do número de agentes, das instâncias de consagração e de difusão são expressivos desses conflitos. A luta pela legitimidade vai depender das posições que os diferentes produtores têm no interior do campo de produção erudita. No campo psicanalítico, era Freud quem tinha a autoridade máxima para estabelecer os limites precisos no interior dos quais se podia falar em psicanálise, e isso fica evidenciado na história das dissidências, em que a desobediência às regras fundamentais do campo implica a exclusão simbólica dos que cometem tal falta (Bourdieu, 1982:106 a 109, ver igualmente o capítulo I deste trabalho). Na análise do processo de institucionalização da psicanálise, que se dá claramente

(1) Freud esteve sempre preocupado em obter reconhecimento no interior do campo de produção erudita, para o que, como se sabe a ampla aceitação por parte do grande público não é a melhor das recomendações (Bourdieu, 1982:105 e 109, vide *supra* capítulo I deste trabalho).

em torno da figura de Freud, Roustang mostra as saídas possíveis para os psicanalistas:

> ou bien demeurer dans la mouvance analytique, ce qui suppose un acte d'allegeance permanent à l'égard de la personne de Freud, ou bien faire acte d'indépen - dance et se retrouver hors des voies de la psychanalyse, être perdu pour elle (Roustang, 1976:17).

Para os mais próximos discípulos de Freud, as normas pareciam claras para a permanência no campo e o reconhecimento: "reconnaître les droits de Freud sur soi-même, appartenir à la horde et faire progresser la science psychanalytique"(Roustang, 1976:18). Ou seja, a fidelidade e a submissão ao mestre como condições de fazer progredir a ciência, o que é em si um paradoxo. Se o mestre vai avaliar a produção, como distinguir, claramente, entre erro científico e problemas pessoais numa situação em que estão em jogo questões de poder: Freud queria estabelecer os limites precisos e legítimos do campo psicanalítico, mas, nessa demarcação, se deparava com toda sorte de problemas pessoais, como ciúmes, rivalidades, exigências de alianças, etc. (Roustang, 1976:17).

Ainda em 1910, Freud tenta resolver o conflito com os vienenses decorrentes do fato de ter indicado Jung para a presidência da sociedade internacional. Renuncia à presidência da Sociedade Psicanalítica de Viena e nomeia Adler para o posto, designando este e Stekel co-editores de uma nova publicação destinada a temas de psicanálise, o *Zentralblatt Für Psychoanalyse*. A ruptura com Adler já era, entretanto, inevitável. A produção teórica de Adler era constantemente critica

da pelos freudianos, e, em 1911, Adler rompe com o grupo de Freud, considerado por ele como opressor e restritivo. Juntamente com mais nove dos trinta e cinco membros da Sociedade Psicanalítica de Viena, funda a Sociedade para a Psicanálise "livre' que, em 1912, adota o nome de Sociedade para a Psicologia Individual (Selesnick, 1981:100-102).

Com Jung, que Freud considerava seu príncipe herdeiro, a ruptura foi mais dolorosa. Divergências no tocante à teoria da libido e certas tensões pessoais foram encaminhando a relação para um esfriamento até o rompimento final em 1914. O último encontro entre ambos foi no Congresso Internacional de Munique em setembro de 1913 quando Jung foi reeleito presidente da IPA. Jung demitiu-se, um mês após esse evento, do cargo de editor do *Jahrbuch* e, em abril de 1914, da presidência da IPA. Após o aparecimento do artigo *A história do movimento psicanalítico* (1914), onde Freud demonstra teoricamente seu desacordo com os pontos de vista de Adler e de Jung, todo o grupo de Zurique se retira da Associação Internacional. A partir de então, Jung segue seu próprio caminho como líder da escola que vem a se chamar Psicologia Analítica (Selesnick, 1981:89-90).

Freud detinha a autoridade máxima na definição do campo específico da psicanálise, e aos desviantes daquilo que para ele era básico só restava a exclusão. Strachey, em uma nota introdutória à *Historia do movimento psicanalítico*, aponta para a prioridade de Freud no que se refere a determinação do que é psicanálise:

> The aim of the present paper was to state clearly the fundamental postulates and hypotheses of psycho-analysis, to show that the theories of Adler and Jung were totally incompatible with them, and to draw the inference that it would lead to nothing but general confusion if these contradictory sets of views were all given the same name. And although for many years popular opinion continued to insist that there were "three schools of psycho-analysis", Freud argument eventually prevailed. Adler had already chosen the name of 'Individual Psychology' for his theories, and soon afterwards Jung adopted that of 'Analytical Psychology' for his (Strachey, 1978: vol. XIV:4).

Em 1918 Freud recorre desta vez a um caso clínico - *O Homem dos Lobos* - para apoiar suas críticas feitas a Adler e especialmente a Jung: o relato clínico continha provas evidentes para refutar qualquer crítica ou negação da sexualidade infantil. Diante das pressões, críticas e divergências Freud se mantinha atento, e sua produção teve sempre a preocupação de circunscrever o campo específico da psicanálise. Trabalhos como "*A questão da análise leiga* (1926), *História do movimento psicanalítico* (1914), *Um estudo autobiográfico* (1925), *Cinco conferências introdutórias à psicanálise* (1916), para citar apenas alguns, estão repetidamente definindo o que é psicanálise.

A partir da análise proposta no primeiro capítulo e dessa breve retomada da trajetória de Freud que se fez pelo angulo proposto por essa análise, podemos concluir que Freud trabalhou incansavelmente para legitimar sua produção. Até este ponto, nossa intenção foi por em evidência a lógica de autonomização do campo psicanalítico, o modo de regulação de sua produção e a função dos editores, críticos, jornais e outras publi

cações, assim como a função da associação psicanalítica nesse processo. A fundação da IPA, as publicações dedicadas à psicanálise, as críticas bem formuladas por iniciados, as conferências e um hábil jogo político foram passos importantes para o reconhecimento social da psicanálise como um campo autônomo. Nesse processo, são especialmente relevantes a produção teórica de Freud e sua atividade clínica, significativas até o final de sua vida.

A especificidade da transmissão em psicanálise

No processo de institucionalização da psicanálise um tema é recorrente, e haveria de assumir lugar de importância para efeito da transmissão da psicanálise: a questão da análise pessoal do terapeuta. A análise do próprio inconsciente do terapeuta ocupa um lugar particularmente importante, fundamental mesmo, para a produção psicanalítica.

A importância da análise pessoal do futuro analista marca, de modo radical, a diferença entre a formação do psicanalista e a de outros profissionais, que tende a obedecer ao modelo acadêmico de transmissão de conhecimento. A psicanálise carece e dispõe de um modo particular de transmissão porque "ela não é constituída simplesmente por um saber, e ainda menos por uma técnica,(...) tem por objeto próprio a relação que o saber mantém com o inconsciente"(Mannoni, 1973:117; o grifo é meu M.D.P.). Esse saber mais ligado às vicissitudes

do desejo inconsciente nasce em uma relação transferencial.

Em uma carta a Fliess de 12 de junho de 1897, Freud fala de suas experiências neuróticas e do que sentia como uma espécie de paralisia intelectual. Em 7 de junho de 1897, novos comentários, dessa vez apontando para dificuldades na relação com Fliess :

> Sé que por el momento soy un corresponsal harto inútil y que no tengo derecho alguno a reclamar consideraciones, pero no siempre fué asi, ni espero que siga así. Todavia no sé qué me ha passado: algo surgido del más profundo abismo de mi propria neurosis se opone a todo progreso mio en la comprension de las neurosis, y de alguna manera tú estás envuelto en ello. En efecto, la inhibición de escribir me parece destinada a impedir nuestras relaciones. No puedo demonstrarlo, pero siento que es así de alguna incierta manera. No habrá actuado algo semejante también en ti? (Freud a Fliess : 1956:249).

Em outra carta, esta de 14 de agosto de 1897, a explicitação de sua auto-análise aparece:

> *El principal paciente que me ocupa soy yo mismo.* Mi pequeña histeria, que se habia intensificado mucho por el trabajo, ha vuelto a ceder um poco más, pero otras cosas todavía se mantienen firmes. De ello depende en primer término mi estado de ánimo. Este *análisis es más dificil que ningun otro y* es tambien el que me priva de la energia psíquica necesaria para anotar y comunicar cuanto he aprendido hasta ahora. Sin embargo, creo que debo proseguirlo y que será una etapa inevitable de mi labor (Freud a Fliess, 1956:251; os grifos são meus M.D.P.).

Já em 14 de novembro do mesmo ano, Freud escreve a Fliess sobre a impossibilidade da auto-análise:

> Mi autoanálise sigue interrumpido, pero ahora advierto por qué. Sólo puedo analizarme a mi mismo *mediante las nociones adquiridas objetivamente* (como si fuese un extraño): el autoanálise es, en realidad, imposible, pues de lo contrário no existiria la enfermedad. Como

> tropiezo todavía con enigmas en mis pacientes, ello también debe retardar por fuerza mi autoanálisis (Freud a Fliess, 1956:273; o grifo é meu M.D.P.).

Em várias outras passagens de sua vida Freud se refere à importância da análise de seu próprio inconsciente. Uma vez, por exemplo, durante um encontro que teve em 1912 na cidade de Munique com cinco de seus seguidores, Freud desmaiou após uma discussão com Jung. Freud, nessa ocasião, o reprovava por escrever artigos sobre a psicanálise sem fazer referência ao seu nome (de Freud). Posteriormente, numa carta a Jones, Freud explica o incidente, advertindo para a necessidade de que o analista se submeta à análise antes mesmo de atender pacientes. O incidente ocorrera no Park Hotel de Munique e este é o trecho da carta onde Freud o explica:

> Não posso esquecer-me de que há seis ou quatro anos passados sofri de sintomas idênticos, embora não tão intensos - no mesmo salão do Park Hotel. Conheci Munique pela primeira vez quando visitei Fliess durante a sua doença, e essa cidade parece ter adquirido uma forte conexão com a minha amizade para com esse homem. Há qualquer coisa de um persistente sentimento homossexual no fundo dessa questão. Quando Jung, em sua última carta, aludiu à minha "neurose", não pude deixar de apontar melhor expediente do que propor que cada *analista devia dedicar-se à sua própria neurose em maior grau de que à de seus pacientes* (Jones, 1975:320, o grifo é meu. M.D.P.).

No seu trabalho de 1912, *Recommendations to physicions practising psycho-analysis*, Freud escreve:

> ... everyone who wishes to carry out analysis on other people shall first himself undergo an analysis by someone with expert knowledge. E mais adiante ... I require them to learn by personal experience, and I assure them that they will acquire wider and more valuable knowledge than the whole literature of psycho-analysis could teach them (Freud, 1912:110).

O princípio básico de que o essencial a respeito da psicanálise se aprende na própria análise pessoal é aceito até hoje. Adam Limentani, atual presidente da IPA, assim se pronuncia a respeito da transmissão da psicanálise: "It is conceded that the personal analysis is the most significant learning experience in psychoanalytic training"(1974:72). Desse modo, a análise pessoal fica vinculada à exigência da formação e destarte associada à "carreira". Dessa forma, a exigência de análise é condição fundamental para o acesso à formação psicanalítica em todas as instituições de formação em psicanálise. Essa especificidade da transmissão em psicanálise, via transferência, cria questões bastante polêmicas no que se refere à profissionalização e à legitimação institucional do psicanalista, como veremos a seguir.

Como a via privilegiada de transmissão da psicanálise é a análise pessoal "didática", a posição mais valorizada dentro de uma sociedade psicanalítica será a do analista didata - aquele que pode ter como analisando um candidato (Hermann 1983: 3).

A SITUAÇÃO ATUAL E A LUTA PELA LEGITIMIDADE A PARTIR DO QUE OS PRÓPRIOS PSICANALISTAS DIZEM SOBRE O ASSUNTO

A problemática do poder colocada para a psicanálise pelas ciências sociais, bem como os impasses, conflitos e cisões ocorridos no seio de diferentes instituições psicanalíticas, tornaram imprescindível para os psicanalistas pensar essas questões. Quando a prática psicanalítica começa a ser definida por critérios exclusivamente técnicos, tais como número de sessões por semana e tempo de sessão, e a legitimidade de um psicanalista avaliada em função de tempo de análise ou de ter passado por um currículo básico, é a própria psicanálise que perde sua especificidade. Impõe-se uma volta ao campo para tentar estabelecer "de dentro" o que é ou não psicanálise, e quais os seus limites. Alguns autores pensam a psicanálise numa perspectiva crítica, retrabalhando a partir da própria prática e reconstruindo historicamente os conceitos psicanalíticos. Esses psicanalistas, tanto membros da IPA, quanto dissidentes, têm contribuído para a não estagnação da produção teórica assim como para evitar que a psicanálise se reduza a uma carreira lucrativa para a qual se adquire uma habilidade que será aplicada tão logo se conquiste o título oficial, bastando posteriormente "contar tempo" e fazer uma boa política para alcançar posições de prestígio na hierarquia profissional.

A análise vinculada a uma exigência da formação e desse

modo associada a uma "carreira" constitui-se numa dificuldade nem sempre fácil de resolver.

Como diz Valabrega(1), serão os clínicos que, no instituto de formação, vão conferir o "sinal de garantia":

> As práticas efetivas resultam diretamente (e eles conservam também uma marca irreversível disso) da maneira como os clínicos que as apresentam como sinal de garantia — e, como se diz, de autoridade — se formaram. E essa formação constitui um conjunto que vai desde a *análise inicial* propriamente dita até os *controles* (2) ... até às sociedades, organizações, *instituições analíticas*, que *assumem responsabilidades na formação*, *respondem pela sua competência* (...) (Valabrega, 1983:5, os grifos são meus M.D.P.).

Este é o conjunto de normas instituídas constituintes do futuro analista e que deve servir como base para uma elaboração de uma teoria coerente, no sentido de uma "teoria da didática", que, como afirma Piera Aulagnier, "remete de maneira precisa a uma reflexão analítica, muito difícil e muito necessária, sobre o que é ou deveria ser uma sociedade de psicanálise e sobre as motivações próprias de seus representantes." (1980:27).

O importante em psicanálise se aprende na experiência pessoal de análise. Essa assertiva favorece para o candidato, e até para o próprio analista, a suposição de que o analista didata *saiba*, se não curá-lo, ao menos ensinar-lhe o que de essencial existe em

---

(1) Afiliado ao Quatrième Groupe, grupo dissidente de École Freudienne de Paris de Jacques Lacan.

(2) Aqui chamamos supervisão.

psicanálise. A investidura do didata, que, galgando a hierarquia institucional, chega a essa posição, transforma, nos termos de Bourdieu, o "droit d'être" (no sentido de direito outorgado ao ser nomeado didata) em "devoir être" ou "devoir d'être" (1982b:60). Isso implica um risco de poder excessivo. Em função do vínculo transferencial, o analista dispõe, potencialmente, de um poder enorme sobre o analisando. Nas curas sintomáticas imediatas, em que a transferência atua como sugestão, podemos ver a expressão deste poder. Mas a "análise só é possível no interior de um campo de suspensão, de renúncia ao exercício do poder" (Valabrega, 1983:47). O que muitas vezes pode ocorrer é que os candidatos analisados por um determinado analista venham a constituir, na conjuntura didática, sua rede de relações, seu capital social e, desse modo, seu poder. Isso pode gerar efeitos de poder abusivo principalmente se o analista tem alguma participação no processo de habilitação de um candidato que está sendo ou foi por ele analisado (Valabrega, 1983:46-48). Observa-se, quanto a esse aspecto, uma diferença entre o controle exercido por associações profissionais, em que o acesso aos meios de trabalho tem um caráter mais público, como é o caso das ordens e conselhos que regem as profissões liberais, e o controle exercido pela sociedade psicanalítica, onde, pela exigência de análise, tudo fica por vezes bem mais complicado, podendo prevalecer critérios nem sempre muito claros. A mútua exaltação entre analista e analisando pode possibilitar uma aliança de poder em detrimento de uma aliança analítica, assim como um impasse numa relação didática pode implicar uma exclusão simbólica do analisando ou do analista, que passam a ser vistos sob suspeita. Segundo Roustang, a questão da

transferência e de vínculos pouco claros na relação entre Freud e seus discípulos envolvendo o processo de institucionalização da psicanálise, presente no início do movimento psicanalítico, deixou uma marca que perdura até hoje. Referindo-se a Freud, Roustang argumenta que:

> "Sa connaissance du transfert aurait du l'alerter; mais lui même était pris dans des relations à ses disciples qu'il a fort peu analysées et dont le mode a pesé sur toute l'histoire du mouvement psychanalytique" (1976:15).

Roustang desenvolve sua argumentação a respeito da inviabilidade da instituição psicanalítica, a partir do deslizamento subreptício da transferência analítica para as situações reais, e do grande mal-entendido gerado quando a produção teórica fica restrita à manutenção ou propagação sob a forma de doutrina em função, seja da submissão ao mestre, seja do controle burocrático de uma associação internacional (1976:27).

É quando a psicanálise começa a existir como uma produção de valor, como um campo autônomo, como possibilidade de prática clínica e teórica, com uma sociedade com poder simbólico para formar e garantir novos agentes, que surgem os problemas que atingem, como vimos, outras profissões. Se não se institui, a psicanálise deixa de existir; e, ao se instituir, o risco é o mesmo: entre a religião (doutrina) e a psicose (delírio); entre a ecolalia (repetição do discurso do mestre) e a "criação"; entre a instituição como uma estrutura de poder burocraticamente cristalizada e a anarquia, o importante é encontrar o caminho possível. Desse modo, se a psicanálise não for transmissível ao nível de conceitos fundamentais, corre o risco de dissolver-se num

delírio improdutivo favorecendo todo tipo de uso de poder na prática indevassável da análise pessoal. Em outros termos, mesmo que nenhuma racionalidade possa dar conta do inconsciente, ele não pode ser formulado como hipótese fora de uma tentativa de racionalidade, fora de uma visão de cientificidade (Roustang,1976:90-93). Os processos da habilitação que cada sociedade estabelece fornecem as condições para o exercício legítimo da psicanálise,e isso torna impossível que as pressões exteriores não sejam levadas em consideração. Esse "extraterritorial" coloca em risco o agir analítico, donde a necessidade do questionamento constante da relação saber-poder (Aulagnier,1980:7-35). Produções teóricas recentes mostram a preocupação com estabelecer limites, a partir de fundamentos do próprio campo, no sentido de marcar a postura do analista diante da clínica e do saber psicanalítico, tendo em mente a questão do poder. Desse modo, as problemáticas do narcisismo e da psicose, introduzidas no campo psicanalítico, possibilitam uma reformulação de seu espaço

> colocando basicamente em questão o lugar da figura do analista, que não seria mais detentor, nessa posição, de um poder soberano. A impostura seria o psicanalista acreditar na soberania desta posição, no domínio absoluto de um código interpretativo, como se o campo psicanalítico freqüentemente não o colocasse diante de sua própria análise, na demanda de continuá-la e de questioná-la com cada novo analisando, questionando,assim, o lugar soberano do seu analista original, e evidentemente, da instituição que funciona como suporte desta experiência inciática (Birman,1984:47-48).

O rigor desses conceitos, historicamente reconstruídos,coloca em questão "a relação do analista com a psicanálise, com seu analista originário, e com seu processo de institucionalização — que forneceu a formalização codificada da postura analítica inicial-

mente incorporada na experiência de análise." (Birman,1984:48). "A tese de um narcisismo como estado permanente e não como simples fase de uma maturação libidinal, permite formular a dupla e interdependente posição do sujeito num registro relacional" (Nicéas,1984:94). Tal formulação permite pensar o par analista-analisando como uma relação onde ambos estão implicados num processo transferencial.(1)

O interesse básico da teoria é servir como um referente suficientemente elástico para que o analisando e o analista possam viver a experiência da transferência. Se, por um lado, a rigidez de uma sistematização teórica ou a repetição como um escolar da teoria pode impedir a associação livre e tornar a transferência inanalisável, também a pobreza ou a ausência de teorização tornam a transferência impossível. Assim a teoria pode servir de proteção no sentido de evitar a transferência, transformando o "suposto saber" num indivíduo que sabe ou que não sabe,e ambos impedem e bloqueiam o trabalho analítico. Mas se a psicanálise não puder ser transmissível através de conceitos universais e de uma teorização constante, todo efeito terapêutico será consignado ao poder pessoal, ao dom do analista, que não ultrapassará o nível de um curandeiro ou de um feiticeiro. A psicanálise ultrapassa o espaço da brucharia e provavelmente da religião na medida em que propõe ao analisando, que é quem crê, fazer todo o trabalho para deixar de acreditar, embora admita que o mecanismo da crença é fundamental para o processo da descoberta, e, nes

---

(1) Para uma melhor compreensão dessa problemática ver O objeto na prática psicanalítica, coord. Joel Birman e Carlos Augusto Nicéas, 1984. Campus, Rio.

se sentido, não se faça sem ele (Roustang,1976:84-87).

Se o clínico didata "dá o sinal de garantia", e se ser didata não é ser *sine cure* a única alternativa possível para o puro exercício de poder é uma teorização constante onde estão em jogo os conceitos universais e a experiência particular com cada analisando.

Essa é, portanto, uma dimensão essencial da luta pela legitimidade dentro do campo de produção erudita buscando restabelecer, a partir de fundamentos do próprio campo, os parâmetros legítimos do que é psicanálise e evitando desse modo o transbordamento, assim como as interferências e determinações de outros campos.

Lacan e o surgimento de uma alternativa de legitimação para os psicanalistas

Primeiramente Freud e, depois, um certo campo da produção erudita organizado e consagrado por uma associação internacional (IPA) têm a palavra distintiva a respeito do que é ou não é psicanálise. A IPA, com o peso da tradição, como instituição fundada por Freud, acumula o maior poder simbólico em termos da legitimação do psicanalista, um poder hegemônico que só vem a ser mais consistentemente questionado a partir do movimento lacaniano.

Jacques Lacan acusa enfaticamente, na IPA, a burocratização e o autoritarismo com que vinha transmitindo e administrando os ensinamentos de Freud, assim como o desvio das propostas fundamentais deste. E propõe, num "retorno a Freud", a verdadeira psicanálise. Retoma o texto freudiano e o marca com seu estilo pessoal (1). A pretensão à ortodoxia e o recurso intencional ao esoterismo são algumas das marcas para legitimar sua prática e sua produção (Ver,a esse respeito, Bourdieu,1982:108 e 109).Como um "profeta", Lacan fala em nome do mestre e se afirma como legitimamente freudiano. O recurso à ortodoxia, o suporte teórico encontrado na lingüística, que marca com mais força o destacamento da psicanálise do campo da medicina, e a própria posição que Lacan ocupava no meio analítico através de uma produção teórica consistente e do exercício de cargos de poder explicam a força da palavra de Lacan, que fala "em nome de Freud". A legitimação paralela de que se vale Lacan entre intelectuais de prestígio que atuavam fora do campo médico foi possível pelas próprias condições particulares da penetração da psicanálise na França.Os primeiros a se entusiasmarem pela psicanálise naquele país, no início do século XX, foram os poetas e os surrealistas (Turkle, 1978:100). Desde o início, a Sociedade Psicanalítica de Paris,fun

---

(1) Não me deterei nos méritos da contribuição teórica de Jacques Lacan, nem no aspecto do esoterismo como conseqüência natural do aprofundamento. A questão que nos interessa, nesse momento, é a estratégia de penetração, em que comportamentos bizarros e um apelo ao esotérico aparecem como um modo, intencional ou não, de causar impacto, o que provoca muitas vezes uma confusão entre o "personagem" e sua produção teórica. Ou seja algumas vezes se confunde um comportamento peculiar com uma contribuição original para o refinamento do aparelho conceitual da psicanálise.

dada em 1926, esteve dividia entre "identification with poetry and with medical professionalism" (Turkle,1978:101). Lacan entrou para Sociedade Psicanalítica de Paris em 1934, depois de se analisar com Rudolf Loewenstein e, já em 1936, causou impacto com sua teoria do "estágio do espelho", apresentada no XIV congresso da IPA em Marienbad. Desde então foi tido como um pensador original. Até 1945 a sociedade de Paris tinha apenas 11 membros, e não havia maior controle em termos da formação necessária para exercer psicanálise. Com o aumento de candidatos, que, entre 1951 e 1952, foram cerca de 70, surge a necessidade de um modelo organizativo de formação. Começam as disputas entre os que defendiam a psicanálise como uma especialidade médica e os que enfatizavam a criatividade, e não a aquisição de uma habilidade, não se opondo a admitir não-médicos para formação. Cria-se o primeiro *training institute*, e Sacha Nacht, seu diretor, representante do grupo de orientação médica, organiza um currículo e um estatuto considerados extremamente rígidos. O grupo de Nacht pretendia o reconhecimento oficial do Estado para o diploma de psicanalista e entendia que este deveria ser facultado apenas aos médicos. Para mediar os conflitos surgidos com a proposta de Nacht, a chefia do instituto é temporariamente assumida por Lacan, com apoio de Marie Bonaparte e Daniel Lagache. Em janeiro de 1953, Lacan é eleito presidente da Sociedade de Paris, e Nacht retoma o instituto. Lacan se opõe radicalmente às idéias de Nacht, e a sociedade fica dividida entre o partidários da ideologia autoritária de Nacht, que viam no projeto deste as possibilidades de obter uma respeitabilidade médica e a corrente liderada por Lacan, que, segundo alguns, devolvia a psicanálise ao surrealismo. As sessões curtas de

Lacan tornam-se o centro das controvérsias, e a situação entre os dois grupos vai chegando ao impasse. Lacan renuncia à presidência da Sociedade de Paris em junho de 1953; é acompanhado por Daniel Lagache, Juliette Favez-Boutonier e Françoise Dolto, que anunciam a formação de um novo grupo: a Sociedade Francesa de Psicanálise. O grupo dissidente, liderado por Lacan e Lagache, é advertido, através de uma carta enviada a Lacan, que a renúncia à Sociedade Psicanalítica de Paris implicava a perda da condição de membro da IPA, *exclusão simbólica do campo freudiano*. Embora o grupo dissidente se defendesse alegando que a ruptura era decorrente do excesso de autoritarismo que ameçava o destino da própria psicanálise, a IPA não aceita o argumento, centralizando sua crítica na maneira excessivamente heterodoxa com que Lacan conduzia a análise dos candidatos. Apesar do florescimento a nível de pesquisas teóricas, os dissidentes queriam o reconhecimento da IPA.

> "French nalysts, whether or not they belonged to the International, had no official status, so *recognition was largely symbolic*. But to French analysts, who knew that medical colleagues and much of the public considered them charlatans and quacks, *any symbol of legitimacy was precious* (Turkle, 1978:111. Os grifos são meus, M.D.P.).

A luta pela legitimidade, como já vimos, não dispensa a investidura institucional, e a intercorrência dos campos neste processo fica evidente mais uma vez. A inovação teórica, o esoterismo, não prescindem do reconhecimento do campo de produção erudita para "ganhar realidade" (Bourdieu, 1982a:126-127; 1982b:60; 1979: 5 e Freud, 1924: vol XX, 52).

Um credenciamento internacional poderia facilitar prin

cipalmente a vida dos analistas que pretendessem exercer a psicanálise fora da França. O suporte teórico fornecido pela lingüística, pela matemática e pela antropologia era importante, mas os lacanianos temiam o isolamento, no sentido de exclusão do campo freudiano legítimo do qual a IPA era guardiã. Apesar de inúmeros esforços, durante quase 10 anos, no sentido de obter um reconhecimento da IPA, nada foi conseguido. Lacan era considerado uma ameaça como analista, e sua exclusão assim como a de Françoise Dolto eram condições colocadas pela IPA para o possível reconhecimento da Sociedade Francesa de Psicanálise (Turkle,1978:113) .

O poder simbólico do reconhecimento da IPA mostrou sua força quando, em outubro de 1963, o nome de Lacan é removido da lista de analistas didatas da Sociedade Francesa de Psicanálise, decisão essa que é ratificada pela maioria em novembro do mesmo ano. Serge Leclaire e Françoise Perrier, presidente e vice-presidente na época, renunciam a seus postos, mas Lacan é excluído. Lacan deixa também o *hospital de Saint Anne* e passa a dar aulas na *Ecole Normale Supérieure*, onde sua audiência amplia-se entre filósofos, antropólogos, lingüístas e críticos literários, ao passo que diminui entre psiquiatras. Em junho de 1964, Lacan funda a Escola Freudiana de Paris com a intenção de que este fosse um lugar, o mais livre possível, de contato entre psicanalistas. Lacan afirmava que o analista "só se autoriza por ele mesmo", e nenhuma instituição podia estabelecer regras para autorizar alguém a ser analista.

Entretanto, não passou muito tempo até que Lacan —grande mestre — se visse envolvido em muitas das contradições que

ele mesmo criticava. Ao que tudo indica, "psychoanalytic science may be incompatible with allegiance to any maître and with loyalties to any institution" (Turkle,1978:118). Não é num momento de "inspiração divina" que o analista se autoriza como tal. Isso de dá, caso se dê, num processo em que, queira-se ou não, há um outro implicado. Como vimos anteriormente, essa "experiência íntima" é bem complexa e não se processa por inspiração divina, mas numa dialética entre a cultura incorporada e a imagem social (Lévi-Strauss,1975:207-208;Bourdieu,1982a:55-56;1979:3-4; ver o capítulo I deste trabalho). Em psicanálise, essa vivência interna é decorrente, como já vimos, de um processo que se inicia com a experiência pessoal de análise (Birman,1984:48). Seria pois ingênuo pensar que um analista oficialmente "listado" na École Freudienne de Paris não fosse visto como implicitamente legitimado pelo peso do prestígio de Lacan. Como diz Piera Aulagnier:

> se se considera a importância desta escola e o papel cumprido por Lacan na área psicanalítica francesa, é evidente que os atos desta comprometem pesadamente o destino da psicanálise; posto que ela *forma*, com efeito, um número considerável de analistas, coloca a todo analista o problema do risco que disso possa resultar, a curto prazo, quanto ao modelo que defina, para uma boa parte dos futuros candidatos, o que é um psicanalista e qual a função que este tem que assumir (1980: 28; o grifo é meu, M.D.P.).

É o próprio Lacan quem propõe um ritual de habilitação ao título de analista estabelecendo, no mesmo momento, uma hierarquia. A "proposição de 7 de outubro de 1967" de Jacques Lacan institui o "passe" que vai garantir a "capacidade profissional" do "analista membro da escola" e a "capacidade de elaboração te-

órica" do "analista da escola"(1). Em 1969, quando foi votada a "proposição de 7 de outubro de 1967", dez dos mais fiéis seguidores de Lacan romperam com a École e fundaram o Quatrième Groupe. Assim, depois de romperem com o "poder abusivo da burocracia dirigente da IPA", como dizia Lacan, o que os dissidentes da sua escola afirmam é a necessidade de romper com o poder abusivo do arbitrário pessoal.

Surgem as hierarquias, e Lacan, falando em nome de Freud, passa a ocupar para os lacanianos o lugar de "intérprete verídico" (Roustang,1976:36). Desse modo, a citação de Lacan,por efeito da transferência, passa a funcionar como um veredito, uma autoridade decisiva que ninguém ousa criticar. A possibilidade de falar por sua própria conta implicaria a resolução de algo que é da ordem da transferência, mas isso, como bem mostra Roustang, acarreta ao menos dois riscos. O primeiro é que não se dê nenhuma atenção ao que foi expresso, como se uma *fala* ou um *escrito* só tivessem a *garantia de qualidade* na medida em que fossem *validados* por uma *palavra* ou um *escrito do mestre*. O outro, esse maior, é entrar num terreno não-balizado e desse modo aberto ao erro ou à insignificância. Entretanto, se não há verdades pré-estabelecidas, não é possível saber, *par avance*, se aquilo que se diz é uma descoberta: "il n'y a de certitude que dans l'après-coup d'une parole imprévue" (Roustang,1976:37-38).

---

(1) Para os detalhes sobre o "passe" e os impasses por ele criados, ver Jeanne Favret-Saada, "Desculpa, eu só estava passando" em *Almanaque 12* (1981:16-23) e Piera Aulagnier, *O sentido perdido* (1980:30-32).

Para além da argumentação de Roustang, é importante ressaltar que o efeito de verdade de uma palavra emitida vai depender não apenas da lógica consistente da argumentação de quem fala mas da posição que o falante ocupa no universo simbólico de quem o escuta. Desse modo, o "autorizar-se como psicanalista" pode não diferir do delírio de alguém que se diz Napoleão. Para que esse "autorizar-se" tenha legitimidade e repercussão social, é preciso que o ato que expresse essa autoridade obedeça a algumas convenções que o tornam eficiente. Como diz Bourdieu, o impostor difere do mandatário legítimo porque sua realidade (de psicanalista, por exemplo) é fundada não na sua crença ou pretensão singular, mas na crença coletiva garantida pela instituição e materializada por títulos e/ou símbolos (1982:63-63 ; ver igualmente o capítulo I deste trabalho). A força simbólica da palavra de Lacan e seu poder legitimatório são plenamente justificáveis pela sua trajetória como psicanalista. E essa vem sendo uma via alternativa de legitimação para os aspirantes a essa condição. Em sua luta pela legitimação, a partir de sua exclusão da IPA, Lacan fica condenado a excluir os analistas, vinculados a essa associação, como um todo, pois essa é a única forma de "excluir a exclusão" e legitimar seu próprio produto (Bourdieu, 1982:132). Entretanto, tal como o sistema de reconhecimento pela IPA tem sido criticado pelo efeito de empobrecimento e desestímulo à produção teórica, também o sistema fundado sobre "la reconnaissance unique de et par Lacan *engendre fatalement la stérilisation de ses élèves*" (Roustang,1976:46; o grifo é meu, M.D.P.).

É possível que diferentes práticas institucionais origi

nem transformações e inovações, mas é também importante conhecer o código de funcionamento de cada tipo de instituição e as formas de poder que ela engendra — umas apenas mais sutis que outras, e por isso mesmo mais difíceis de perceber. Piera Aulagnier, ao pensar a questão do "extraterritorial", aquilo que está fora do campo específico da psicanálise, mostra algumas das contradições a que está inevitavelmente submetida qualquer instituição psicanalítica, na medida em que "a partir do momento em que a sociedade reconhece a legitimidade de uma função, designa-a como necessária, e recorre a ela, é normal que exija certas garantias como recompensa" (1980:13).

Cada instituição estabelece seus próprios critérios de habilitação que se tornam então condição para possibilidade de exercer a psicanálise. Seria conveniente, nesse processo, que os responsáveis pelas regras do funcionamento institucional evitassem tudo que pudesse interferir como exercício de poder na experiência daquele que pretende ser analista. Não se deveria moldar a formação analítica a partir da formação de outras profissões. Entretanto, como prescindir de "modelos" sem cair na anarquia ou numa oligarquia, ou até numa autocracia? (Aulagnier, 1980:14). Porque — vem nos dizer muito oportunamente Robert Castel — seria a psicanálise a única a usufruir de um direito de extraterritorialidade social? (1978:9).

"HERDEIROS OU BASTARDOS"(1)

VICISSITUDES DO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO COMO PSICANALISTA

Um dos aspectos que possibilita a compreensão das transformações recentes ocorridas no cenário psicanalítico, no Rio de Janeiro, é a trajetória dos psicólogos em busca, primeiro de maiores informações teóricas e clínicas, e, num segundo momento, de formação e de legitimação como psicanalistas, que é particularmente expressiva no período compreendido entre 1970 e 1980. Este é, igualmente o momento em que começa a aparecer, ou a difundir-se no Brasil, de modo mais sistemático, uma literatura crítica e mesmo constestadora tanto dos efeitos sociais da psicanálise quanto dos padrões estabelecidos de formação psicanalítica, produzida não apenas dentro do campo psicanalítico como também por cientistas sociais e outros pensadores cujas produções teóricas tomam a psicanálise e suas instituições por objeto.

O impacto causado por essas produções teóricas, que de

(1) Esses termos foram usados por Robert Castel, para caracterizar diferenças entre as diversas técnicas terapêuticas e teorias surgidas na era por ele designada "pós-psicanalítica". (Castel, 1981)

modo consistente questionaram o poder das instituições psicanalíticas, contribuiu significativamente para uma relativização desse poder, ou, pelos menos, do poder absoluto que algumas instituições pretendem no sentido de estabelecer o que é legítimo no campo psicanalítico. Só após a difusão dessas concepções e sua incorporação por aqueles que se têm dedicado a pensar a instituição psicanalítica, é possível a produção de um texto como o que se segue:

> (para avaliar a eficácia de uma instituição é preciso levar em consideração) quais as práticas desenvolvidas, qual a articulação entre elas, de que forma ela define seu objeto, qual é o seu discurso legitimador e qual a lógica de aceitabilidade ou consensualidade dessa legitimidade (Mello Campos, 1983:186, os parênteses são meus, M.D.P.)

Assim a crítica bem articulada à garantia outorgada pela IPA às instituições que lhe são afiliadas e, consequentemente, aos psicanalistas por estas formados afeta o prestígio dessas instituições clássicas e força sua transformação, bem como possibilita o aparecimento de fórmulas alternativas de legitimação. Entretanto as disputas institucionais permanecem referidas à instituição oficial, seja negando-a, seja copiando seu modelo, seja buscando seu reconhecimento, seja lutando para mostrar sua "falência", o que ainda assim é testemunho de sua força.

Paralelamente ao processo de diversificação de instâncias de consagração competindo pela legitimidade cultural no cenário psicanalítico do Rio de Janeiro, durante a década de 1970 - Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro e Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, ambas filiadas à IPA; Cir

culo Psicanalítico do Rio de Janeiro e Instituto de Medicina Psicológica, ambos filiados à International Federation of Psychoanalytic Societies e ainda instâncias investidas de uma legitimidade propriamente cultural como APPIA e CESAC, que difundiam o conhecimento psicanalítico - começam a ganhar difusão as críticas e contestações ao sistema dominante de legitimação do psicanalista. Este é o momento em que os psicólogos começam a forçar a entrada no campo legitimado da psicanálise, de que estavam até então excluídos.

A disputa entre médicos e leigos - no Rio de Janeiro tipificada pela concorrência entre médicos e psicólogos - pelo direito de exercício legítimo como psicanalista é paradigmática da questão da respeitabilidade da profissão de psicanalista e envolve basicamente uma série de estratégias e conflitos que põem em foco a questão do que é ou não legítimo.

A opção por examinar como e em que termos afloram essas questões procurando reconstituir e acompanhar criticamente a trajetória do projeto de institucionalização do NEFF se deve às razões que se expõem adiante. O NEFF foi um movimento pioneiro(1) de um grupo de psicólogos no sentido de buscar encontrar um espaço institucional e profissional próprio sem se ancorar em psicanalistas já legitimados. Tentava um modelo novo, procurando dis

(1) Foi, mais especificamente, o primeiro movimento com essas características que se organizou no Rio de Janeiro. Outros o sucederam no final da década de 1970 e nos primeiros anos de 1980, seguindo novos caminhos mas certamente enfrentando as mesmas questões. Para informações mais detalhadas sobre a proliferação de instituições ver Ana Cristina Figueiredo - *Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro, 1970-1983*. Dissertaçao de mestrado, 1984, PUC, RJ.

tinguir-se dos modelos então existentes - o que incluía uma crítica às instituições oficiais - e não se organizando em torno de um mestre. O esforço desse grupo marcou o início de um período de proliferação de instituições de formação, e pode-se dizer que o "caso NEFF" é paradigmático de várias das contradições que atravessam as instituições psicanalíticas.

Outra razão fundamental é o fato de eu ter participado do NEFF como membro fundador tendo vivenciado ativamente todo o processo que culminou com sua dissolução.

O relato e a discussão do processo do NEFF, que se apresentam a seguir, baseiam-se não apenas na minha própria experiência, mas em documentos que chegaram a ser escritos e discutidos (projeto dos estatutos, relatórios das diferentes comissões, carta de princípios), assim como em depoimentos escritos por participantes do NEFF e em entrevistas que realizei com alguns outros membros e professores do grupo, numa tensão constante em que a objetividade necessária a um trabalho acadêmico foi muitas vezes atravessada pela emoção do envolvimento pessoal, tanto maior quanto a justifica a própria proximidade da experiência.

O contexto institucional na década de 1970

No início da década de 1970, no Rio de Janeiro, já era notório o prestígio da psicanálise em relação às outras psicolo-

gias, e ser psicanalista representava, para os psicólogos, um ideal a ser atingido. Em *Psicanálise e instituição*, Chaim Katz afirma:

> Apesar do mercado de trabalho terapêutico (e clínico em geral) poder ser ampliado, o ideal do exercício profissional do aluno de psicologia brasileiro é ainda a formação analítica. As outras formas de terapia psicológica são menos valorizadas ou até desconhecidas pelo futuro psicólogo, para quem a Psicanálise e suas técnicas seriam o cume e a meta de uma longa carreira de estudos. Melhor ainda, as outras técnicas psicológicas só teriam maior validade se perpassadas institucionalmente pela Psicanálise (1977:30).

As opções de formação psicanalítica para os psicólogos- dos quais se pode dizer que constituíam um público de consumidores virtuais, nos termos de Bourdieu, eram então bastante restritas. Nessa época, as duas sociedades psicanalíticas oficiais, a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) e a Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBRJ) restringiam aos médicos o acesso aos seus quadros. O Instituto de Medicina Psicológica (IMP), fundado em 1953 por Iracy Doyle, aceitava psicólogos para formação, mas não tinha uma linha teórica reconhecida pelos que se pretendiam herdeiros e representantes da tradição freudiana. Formada pelo William Alanson White Institute, nos Estados Unidos, Iracy Doyle e aqueles que com ela trabalhavam seguiam orientação culturalista baseada na produção teórica de Harry Stack Sullivan e de Karen Horney, entre outros, considerados desviantes da ortodoxia freudiana. O Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ), fundado em 1969 por Kathrin Kemper, constituía alternativa, porém sob suspeita, uma vez que sua fundadora fora pressionada a sair da SPRJ, onde sua legitimidade como psicanalista estava sendo questionada: Kathrin Kemper teria se autorizado psicanalista sem percorrer nenhuma das formalidades institucionais; por outro lado, sua prática era con

siderada, por um setor do meio analítico, como pouco ortodoxa. Quanto à Sociedade de Psicologia Clínica (SPC) fundada em 1971 por um grupo de apenas nove psicólogos, carecia também de maior legitimação, funcionando como "apêndice" da SPRJ, na medida em que o modelo organizacional das duas era semelhante e os professores que davam aulas na SPC eram basicamente da SPRJ. Ambas tinham em comum uma modalidade de veto: enquanto na SPRJ eram vetados os psicólogos, na SPC o veto era aos médicos. O saber vinha da SPRJ, o que mantinha a SPC numa relação de dependência, dificultando que esta se colocasse, se não formalmente, pelo menos mais explicitamente como formadora de psicanalistas. A diferença entre as duas estava em que a SPRJ formava médicos psicanalistas e era reconhecida por uma associação internacional. Por sua vez, como o seu próprio nome diz, a SPC restringia-se a uma especialização em psicologia clínica, que, se por um lado ensinava psicanálise, por outro lado não credenciava psicanalistas(1).

Nesse contexto, à margem das sociedades estabelecidas, ia se constituindo uma linha paralela de formação analítica, composta por psicólogos que faziam análise pessoal, tinham supervisão clínica e participavam de seminários teóricos coordenados por psicanalistas. Reconhecidos como "psicoterapeutas de base analítica", atendiam, em sua grande maioria, crianças e adolescentes, parcela não muito disputada no mercado pelo psicanalis -

(1) No processo de luta pela legitimação, o perfil dessas instituições vem se modificando progressivamente.

tas, e sua legitimidade se dava a partir da própria prática e por conta do reconhecimento com que contassem seus analistas e supervisores. Sua identidade profissional era, no entanto, muito frágil, limitada a um pequeno círculo de pessoas que se ligavam por laços informais de amizade, ou tênues vínculos (não-institucionais) de ordem profissional, como, por exemplo, o fato de ter participado dos mesmos cursos, de compartilhar consultórios, etc. Maior reconhecimento tinham os psicólogos clínicos que trabalhavam em universidades, e, portanto publicavam trabalhos e eram conhecidos por alunos e colegas.

A partir dessa situação de fato, dessa ampliação da prática clínica, outras formas mais organizadas começam a surgir nesse período. Em 1970, o Dr. Fábio Leite Lobo, então Diretor do Instituto de Ensino da SPRJ, convidou alguns psicanalistas argentinos para dar um curso, na sociedade, sobre terapia de crianças e adolescentes. Entre os professores, estavam psicanalistas muito considerados, com obras publicadas, tais como Arminda Aberasturi, Eduardo Kalina e Mauricio Knobel. Paralelamente, fora da SPRJ, no Leme Palace Hotel, organiza-se o mesmo curso que é então oferecido a psicólogos. Psicólogos e psicanalistas, que haviam participado no Rio de Janeiro desses dois cursos, encontraram-se em Buenos Aires, no Congresso da Associação Argentina de Psicologia e Psiquiatria da Infância e da Adolescência (ASAPPIA), onde foi feita, por Eduardo Kalina, a proposta de fundação, no Brasil, de uma associação nos moldes da ASAPPIA. Assim surge a Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA), com sede no

Rio de Janeiro, a primeira associação que reuniu psicólogos, psiquiatras e psicanalistas e cujo papel político foi importantíssimo em termos da profissionalização do psicólogo.

A APPIA foi fundada em 31 de janeiro de 1972. Seu objetivo principal era reunir profissionais de diferentes níveis que trabalhassem em saúde mental infanto-juvenil, com ênfase no trabalho interdisciplinar. O mentor da instituição, o psicanalista Dr. Carlos César Castellar Pinto, com grande habilidade política, organizou um congresso brasileiro, o 1º Congresso da APPIA, para seu lançamento. A penetração do movimento foi significativa: em 1975, por ocasião da realização de seu segundo congresso, a APPIA já contava com aproximadamente mil sócios. Com a colaboração da imprensa na difusão dos seus congressos, com a participação de professores de vários países nos cursos regulares que oferecia, com propostas de trabalho comunitário, a APPIA favoreceu o aperfeiçoamento profissional dos psicólogos clínicos do Rio de Janeiro e foi a primeira de suas instituições.

A APPIA significou um continente institucional legitimador para o psicólogo clínico. A partir dos dois congressos principalmente, passa-se a falar em alto e bom som sobre o que até então era feito meio secretamente ou pelo menos discretamente: os psicólogos atendiam seus pacientes usando teoria e técnica psicanalíticas. Entretanto, apesar disso, não eram considerados psicanalistas. O que houve, com a APPIA, foram os primeiros passos de uma legitimação, feita por alarde, dos psicólogos como psicoterapeutas de base analítica. A difusão da psicanálise atra

vés da APPIA teve como uma de suas consequências uma demanda de formação psicanalítica, demanda esta a que a APPIA não podia atender. Caso os analistas que atuavam na APPIA se comprometessem com proporcionar essa formação aos demais associados, ficariam em situação delicada quanto a sua vinculação à instituição de origem.

O presidente da APPIA, Dr. Carlos Castellar, é chamado pela diretoria da SPRJ, sociedade a que pertencia, e advertido relativamente à proibição de dar formação psicanalítica aos psicólogos. Nessas condições, para os psicanalistas associados aos psicólogos na APPIA, assumir formalmente esse projeto implicaria uma provável exclusão da sociedade que os reconhecia como psicanalistas. O reconhecimento institucional lhes conferia uma posição de possuidores de um saber psicanalítico legitimado e por isso mesmo respeitado pelos psicólogos. À medida que o prestígio desses analistas crescia com relação a esse público externo, sua posição na hierarquia interna do campo psicanalítico ia decrescendo, sendo encarados de forma suspeita e progressivamente marginalizados, o que provocava conflitos.

Ainda nesse período, desenvolvia atividades que mobilizavam um setor dos psicólogos clínicos o Centro de Estudos de Antropologia Clínica (CESAC), que funcionava em convênio com o Curso de Especialização em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O CESAC oferecia cursos de filosofia, antropologia, e também cursos regulares de teoria psicanalítica, além de supervisão clínica. Entre seus diretores, os

psicanalistas Inês Besouchet e Wilson Chebbabi, ambos da SPRJ, eram os responsáveis por vários desses cursos.

Tanto na APPIA quanto no CESAC, a proposta envolvia a questão, da interdisciplinaridade, mas era inegável que, em ambas as instituições difundia-se o conhecimento psicanalítico, no CESAC de modo mais sistemático do que na APPIA.

O fato de que nem a APPIA nem o CESAC assumissem a formação psicanalítica favorecia uma identidade profissional ambígua no psicólogo participante dessas instituições, mantendo-se uma divisão hierárquica entre psicanalistas e psicólogos, reconhecidos como psicoterapeutas de base analítica.

Esse era o quadro geral referente ao processo de desenvolvimento profissional dos psicólogos nessa época no Rio de Janeiro. De um lado, os psicanalistas com o saber psicanalítico legitimado, do outro os psicólogos consumindo cursos e mais cursos e com o direito de tratar, no sentido de exercer psicoterapia, direito esse constantemente ameaçado sob a forma de projetos de lei quase sempre encaminhados por médicos(1). Que direito era esse? Direito legalmente facultado aos psicólogos clínicos pela lei 4119 e confirmado pela atitude de alguns psicanalistas mais liberais que, apesar de pertencerem a uma instituição psicanalítica exclusivamente médica, aceita

(1) Informação e análise mais detalhada a respeito do cenário psicanálitico na década de 1970 pode ser encontrado em Figueiredo A.C.- *Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro, 1970-1983*. Dissertação de Mestrado, PUC, RJ, 1984.

vam dar supervisão e até encaminhavam pacientes a psicólogos. A APPIA e o CESAC, pelo modo como funcionavam, legitimavam institucionalmente esse direito. Qual seria então o problema? Uma dificuldade era a constante ameaça que viviam os psicólogos de ter esse seu direito vetado, o que aparecia na forma de projetos de lei, como o projeto Julianelli por exemplo, que pretendiam restringir aos médicos o exercício da psicoterapia. Essa dificuldade, entretanto, podia ser resolvida, como efetivamente o foi, através de uma luta da própria categoria dos psicólogos. O psicólogo clínico quer ser psicanalista, mas como ocupar esse lugar de forma legítima? Efetivamente, havia apoio legal, e até um reconhecimento bastante amplo da prática terapêutica exercida pelos psicólogos. O mesmo, porém,não ocorria em relação ao seu reconhecimento como portadores do saber psicanalítico que marca, de forma substancial, uma diferença entre a terapia analítica e outras terapias. Quer dizer: não sendo psicanalista, o terapeuta que tiver optado pororientar sua clínica pela teoria psicanalítica continuará a recorrer aos psicanalistas como suportes desse saber.

A questão básica, do ponto de vista que escolhemos para pensar essa situação é a marca de diferença socialmente estabelecida entre os que podiam e os que não podiam ser psicalistas. Tratando de forma diferente o médico e o psicólogo, ou outros profissionais não-médicos, o "ritual de instituição" consagra a diferença - um sabe e o outro não sabe. Instaurando uma divisão na ordem social, o ritual é como uma linha que demarca a identidade social. Como diz Bourdieu: "l'investiture

exerce une efficacité symbolique tout à fait réelle en ce qu'elle transforme réellement la personne consacrée" (1982b:58). Nesse sentido a instituição de uma diferença é um golpe de força simbólica. Um título que contribui para o prestígio de um profissional, que possibilita ganhos simbólicos e/ou materiais, é sempre interessante e, por vezes, imprescindível. Nossa preocupação entretanto tem sido mostrar a complexidade de um processo legitimatório que não pode ficar restrito à conquista de um título.

Até 1976, houve movimentos isolados contra este estado de coisas. Alguns psicólogos fazem o curso de medicina e entram para as instituições vinculadas a IPA, outros vão buscar formação na sociedade psicanalítica de São Paulo onde os psicólogos eram aceitos. O IMP e o CPRJ começam a se tornar alternativas possíveis, e aparecem alguns artigos denunciando a exclusão dos psicólogos das instituições oficiais como uma estratégia de poder(1).

A crítica radical ao fechamento e ao imobilismo das sociedades tradicionais, a nova leitura de Freud a partir do movimento lacaniano na França, a importância de uma epistemologia da psicanálise servem como inspiração para a criação de novas formas de organização institucional.

Os antecendentes do NEFF

Foi nesse contexto que um grupo de profissionais começou a se

(1) Ver os trabalhos de Chaim Samuel Katz, Guilhon Albuquerque que constam da bibliografia desta dissertação.

se reunir no Rio de Janeiro para discutir a possibilidade de se criar uma sociedade de formação que funcionasse como uma alternativa eficiente às instituições psicanalíticas então existentes. Era o "grupão". Dele participavam psicólogos, médicos, assistentes sociais, e alguns psicanalistas. Especialmente importante nesse processo, foi a participação de Gregório Baremblitt e de Chaim Katz. O primeiro trazia de seu país, a Argentina, que deixara por causa da situação política então vigente, toda uma experiência como dissidente da sociedade psicanalítica oficial de Buenos Aires e integrante do grupo Plataforma Argentino (1) e do Centro de Docência e Investigação (CDI). Formado no meio psicanalítico argentino, bastante politizado, trouxe para o cenário psicanalítico do Rio de Janeiro, de maneira impactante, a questão ideológica. Questionava a prática "neutra" e falava da articulação da psicanálise com o materialismo histórico. Outra questão que se afirmou em grande medida por sua influência era a necessidade de uma epistemologia da psicanálise, que ele chamava de epistemologia regional da psicanálise. Chaim Katz, agente catalizador importante desse movimento, foi o primeiro psicólogo a "se autorizar" psicanalista sem ter passado pelos rituais oficiais legitimadores dessa categoria profissional. Propunha uma leitura des

---

(1) Um grupo de psicanalistas e alguns candidatos rompem com a Associação Psicanalítica Argentina (APA) por razões ideológicas. A proposta central era lutar contra o que impedia o desenvolvimento da psicanálise na história político-econômica argentina. Fundam o grupo Plataforma e em pouco tempo estavam envolvidos em problemas que não conseguiam resolver: acusações de elitismo caso se fechassem para pensar, de populismo caso abrissem, dificuldades motivadas por ambições pessoais, conflitos entre teoricistas e praticistas, dissociação entre objetivos a serem alcançados e táticas a serem empregadas, etc. Com um ano de funcionamento, foi proposta a dissolução do grupo, que se concretizou (Bauleo, 1973:15,21).

continuísta dos textos freudianos e coordenava vários grupos de estudos de psicólogos em torno da obra de Freud.

Gregório Baremblitt foi convidado a participar desse "grupão" na qualidade de consultor, pelo reconhecimento de sua experiência institucional. Em seu primeiro encontro com o grupo, coube-lhe expor os modelos de intituições existentes na Argentina, tendo então relatado, entre outras, a experiência do grupo lacaniano, que se iniciara como um grupo fechado de umas sete pessoas que se dedicaram a estudar por alguns anos, "abrindo", em seguida, com bastante poder e força teórica. Apresentou igualmente outro modelo institucional, que reconhecia como o melhor, comprometido com uma postura política de esquerda, que aceita em seus quadros um grande número de pessoas e que, a seu ver, desestabiliza a hegemonia das instituições oficiais. Gregório Baremblitt colocou também como condição à sua participação em um projeto que eventualmente resultasse daquele grupo a não-inclusão, no grupo, de analistas vinculados às instituições oficiais.

Decidido a levaradiante o projeto de uma nova instituição, o grupo resolve fazer uma reunião mais ampla convidando eventuais professores, entre eles alguns analistas ou candidatos em formação na SPRJ. Os "alunos" e os "professores" se encontram em algumas reuniões, mas não chegam a um acordo. Gregório Baremblitt traz um projeto organizado a partir de sua experiência na Argentina,mas este não revela força aglutinadora. As discordâncias chegam a um ponto inconciliável. Há uma disputa de

poder não explicitada entre "professores", e os "alunos" não conseguem apresentar alternativas. Os "professores" desistem, e o "grupão" se reduz bastante. Ficam poucas pessoas, entre elas um grupo de médicos psiquiatras que muito elegantemente apóiam a decisão de fundar a instituição, mas se excluem do projeto em função do limite de tempo imposto pelas exigências da residência no Intituto de Psiquiatria, com a qual estavam comprometidos.

Restam então treze mulheres, todas psicólogas, e um homem, este assistente social, que resolvem levar adiante o projeto. Assinalei esse ponto porque marca, a meu ver, uma distinção significativa: enquanto os homens abandonam o projeto, preferindo uma legitimação profissional mais clara, são as mulheres que tentam algo de novo(1).

As reuniões do "grupão" transcorreram entre setembro e dezembro de 1977. Em 5 de janeiro de 1978, as quatorze pessoas que "resistiram" aos sucessivos desgastes das reuniões do "grupão" e não optaram por outras definições assinam uma carta de princípios que marca o início de um processo: instituir o NEFF (Núcleo de Estudos e Formação Freudiana).

A breve história do NEFF

O grupo era bastante heterogêneo: originários dos mais diferenciados estratos sociais da classe média, ou mesmo, em alguns casos, da alta burguesia industrial ou financeira, seus membros variavam desde pessoas com alto poder aquisitivo a pessoas quase sem recursos até para pagar a contribuição mínima

(1) Aliás essa é uma característica aqui no Rio de Janeiro, de vários grupos, que é preciso registrar: o IMP, a SPC, o CPRJ foram liderados por mulheres.

estipulada como necessária para as despesas iniciais. Alguns não tinham nenhuma experiência clínica. Teoricamente também havia um grande desnível. Ninguém tinha experiência em instituição de formação psicanalítica e poucas tinham uma prática política efetiva. Algumas pessoas estavam em análise individual, outras em análise de grupo; alguns não se analisavam. Comum a todos, apenas o desejo de obter formação psicanalítica, numa instituição de cuja constituição participassem.

Contratou-se uma advogada para cuidar do processo de legalização, providenciou-se uma sala para aulas e reuniões, e dois professores foram contratados: Chaim Katz, para um curso de teoria psicanalítica com um programa que organizara; e Gregório Baremblitt para um curso, também organizado por ele, de epistemologia regional da psicanálise. Os cursos teriam aulas quinzenais. Foram programadas mais duas atividades: um seminário clínico quinzenal para discussão de casos e uma reunião de organização institucional, também quinzenal.

O projeto do NEFF era bastante abrangente. Incluía uma crítica à elitização do conhecimento psicanalítico e propunha uma revisão dos conceitos institucionais existentes. Buscava-se a ampliação do campo psicanalítico de modo a atender às necessidades da população brasileira. Pretendia-se um rompimento com os modelos de hierarquização institucional, programando-se o funcionamento do grupo em termos de autogestão. O respeito ao "desejo", considerado, segundo a proposta de trabalho do grupo, a regra básica do saber psicanalítico, era prioritário. Em suma,

um projeto bastante marcado pela proposta que Gregorio Baremblitt havia apresentado no 'grupão', dotado de clara definição política de esquerda e influenciado pelas formulações teóricas de Jacques Lacan. Durante as discussões que tiveram lugar nesse momento da constituição do grupo, algumas pessoas tentaram apontar as contradições, as formulações excludentes e as ambigüidades da proposta inicial. Tais críticas raramente encontraram eco.

Como uma de suas primeiras tarefas, o grupo se propôs a ler os regimentos internos e o estatutos de várias sociedades psicanalíticas. O critério de escolha era simples: não serem sociedades ligadas à IPA, como, por exemplo, as sociedades lacanianas de Paris. A partir dessa leitura, foi proposta a organização de três comissões abrangendo os quatorze membros, que funcionariam nas seguintes áreas: administrativa, elaboração de regimento interno e estatuto, e científica.

As atribuições da comissão administrativa incluíam tomar as providências necessárias para a legalização do NEFF, gerir o dinheiro da instituição, estipular a contribuição mensal, responsabilizando-se pelos pagamentos necessários, organizar arquivo para documentação e divulgar a instituição. À comissão científica, que deveria cuidar dos rumos teóricos da instituição, coube apresentar um projeto de currículo e um estudo do modelo de transmissão do saber psicanalítico, focalizando as questões de exigência de análise pessoal e supervisão. Deveria também elaborar os mecanismos de avaliação de toda a atividade científica, inclusive pesquisa e indicação bibliográfica (livros, jornais e revistas publi

cados no Brasil e no exterior), estabelecendo contactos com outras instituições psicanalíticas com o fim de divulgar cientificamente o NEFF. Finalmente, deveria cuidar da participação em seminários, congressos, debates, etc. A organização do modo de funcionamento do NEFF ficava a cargo da comissão de regimento interno, que deveria estabelecer as regras e normas do funcionamento institucional, regras estas que deveriam ter a possibilidade de serem re-escritas conforme os movimentos da vida da instituição.

Com a intenção de evitar hierarquias e assegurar a participação de todos nas diferentes atividades, foi estabelecido um rodízio trimestral dos membros pelas três comissões. Para assegurar continuidade aos projetos, um dos membros que a constituía permaneceria por dois períodos em cada comissão. Esse esquema seria o suporte organizacional provisório do NEFF. A reunião quinzenal de organização institucional funcionaria como uma assembléia geral onde seriam votadas, por todos os membros, as propostas encaminhadas por cada comissão. Essa reunião seria coordenada por um membro da comissão científica.

Com essa divisão de tarefas e com os professores contratados, começaram as atividades. Não havia ainda transcorrido o primeiro mês, e começaram as crises. Um dos fatores que as desencadearam foi, ainda bem no início, a saída do Gregorio Baremblitt, que, certo dia, comunicou sua decisão de interromper as aulas, alegando, para tanto, sua insatisfação com o grupo e seu intuito de dedicar-se a projetos próprios.

Ao final de três meses, a situação do NEFF já era crítica. O processo de legalização não avançou e a razão apontada para isso foi a inexperiência da primeira advogada contratada, amiga de um dos elementos do grupo. O segundo advogado escolhido, amigo de família de outro membro, também não satisfez às exigências da maioria. Foi então contactada uma terceira advogada, ligada ao meio profissional. Os seminários clínicos, que começaram com uma proposta atraente de estudos de casos e de leitura paralela de textos teóricos, também se interromperam. Aumentou o número de reuniões, que se revelaram, de um modo geral, pouco operativas e tensas. As colocações tinham sempre um caráter de urgência. O nível de investimento de cada membro nas tarefas propostas era questionado e cobrada maior participação. Cada ponto de definição provocava um retrocesso e os desentendimentos se acumulavam. As decisões de assembléia não eram respeitadas; resolvia-se algo numa reunião para ser questionado e contrariado na reunião seguinte. Os ressentimentos e a desconfiança cresciam, tendo sido inclusive proposta a intervenção de um analista institucional, o que não chegou a acontecer. Aparentemente, o trabalho das comissões e o curso com Chaim Katz prosseguiam com regularidade, mas também aí havia tensões internas.

O primeiro momento do NEFF se caracteriza então, de um lado, por um clima produtivo de estudo teórico e, de outro, por muita insatisfação e desentendimentos relativos às questões ligadas ao processo de institucionalização. Nas assembléias, lado a lado com afirmações do tipo "isto não é uma instituição" ou "isto já é uma instituição", mostravam-se recorrentes duas questões:

"por que e para que uma instituição?" Essas perguntas não eram respondidas, e a tendência era passar por cima delas como se fossem perguntas feitas para obstruir o processo por parte dos "fóbicos" e "resistentes". Esse tipo de 'acusação psicopatológica', que aparecia mais explicitamente nas 'reuniões secretas' de pequenos grupos, tinha um efeito paralisador. Se uns eram 'fóbicos' outros eram 'onipotentes', 'narcisistas', 'ambiciosos', 'alienados', etc.

As discussões eram circulares: "é preciso agilizar o processo de institucionalização", "devemos permanecer como grupo de estudos até ter mais claro o modelo institucional a ser estabelecido". A tentativa de seguir o plano de horizontalidade de poder mostrou-se fadada ao fracasso. Desde o início, a comissão científica era a de maior prestígio, o que é fácil de entender na medida em que se tratava de uma instituição onde a proposta básica era a transmissão do saber psicanalítico.Ao final de três meses, essa comissão propôs a permanência de seus membros, solicitando, apenas, a participação de mais um elemento para auxiliar os trabalhos. Alegou para isso que uma mudança, àquela altura, poria em risco a identidade institucional precária do grupo. Manter as mesmas pessoas, entretanto marcava de forma mais evidente uma divisão hierárquica e o início de uma tomada de poder, o que contradizia a proposta inicial. O grupo reagiu, e a solução de compromisso foi adiar por mais dois meses o rodízio proposto anteriormente.

No dia 3 de julho de 1978, a comissão científica apresentou

uma proposta de funcionamento para o NEFF. Os mesmos que haviam proposto a não alteração da comissão científica em 24 de junho, vinham propor, a 3 de julho, que cada comissão tivesse um responsável e que esse *lugar* devia ser fixo para não desmoronar a infra-estrutura organizacional, sem prejuízo, porém, da *rotatividade das pessoas* para evitar burocratização. Burocratização, poder, hierarquização, autoritarismo eram os grandes tabus. Como, entretanto, instituir uma formação e um modelo de organização institucional sem lidar com poder, hierarquia, burocracia e autoridade (sempre confundidos com os 'ismos' correspondentes)?

Foi proposta ainda uma coordenação geral a ser exercida por um membro da comissão científica para "evitar o desgaste de assembléias gerais para tudo". A coordenação geral teria como função acompanhar os trabalhos das diferentes comissões e julgar o que deveria ser levado à assembléia geral. O documento escrito, apresentado pela comissão científica, que propunha essa coordenação geral dá a dimensão do poder pleiteado. A "... coordenação geral(...) seria inteiramente responsável pelo funcionamento geral da instituição; e "(...) quando a coordenação geral não *se sentir*(sic!) investida do poder de decisão sobre determinado assunto deverá encaminhá-lo à assembléia geral".

A criação de um lugar de coordenação geral (que deveria ser rotativo) e uma autonomia maior de poder decisório para assuntos específicos de cada comissão eram as duas mudanças básicas propostas, com o sentido de evitar o desgaste de tantas reuniões.

A recusa da comissão científica a se submeter ao rodízio planejado e a sua proposta de assumir o lugar de coordenação geral, ao invés de resolver a crise do grupo, apenas provocou mais desconfiança.

Foi com base em um documento elaborado e proposto por essa comissão que se discutiu, pela primeira vez, no NEFF, a questão da "análise didática". Reconhecendo-se que a prática clínica e teórica de um analista está inevitavelmente marcada pela experiência de sua análise pessoal, levantou-se a questão da heterogeneidade dessa experiência entre os membros do NEFF. Embora a proposta do grupo envolvesse uma ruptura com o modelo de formação das instituições ligadas à IPA, os analistas de alguns membros do NEFF pertenciam a essas instituições. Poderia isso constituir uma ameaça à integridade do grupo?

Ficou decidido, por consenso, que deveria ser respeitada a escolha de cada um, definindo-se a instituição apenas no que dizia respeito à linha teórica de ensino a ser seguida pelo NEFF. Quanto à análise, mesmo a análise de grupo, bastante criticada por alguns, deveria ser aceita. Entretanto essa solução era meramente conciliatória e teve o sentido de evitar exclusões do grupo. Acreditava-se que a organização de jornadas científicas para o estudo aprofundado do tema - análise e supervisão - traria maiores subsídios teóricos para uma definição satisfatória dessas questões.

Foi ainda a comissão científica que propôs, em 17 de

julho, uma ampliação do esquema de estudos e um aumento do número de membros. A essa altura, a única atividade de estudo em comum eram as aulas dadas por Chaim Katz. Os seminários clínicos deveriam ser reiniciados, agora com um coordenador, já escolhido, e foram indicados dois professores para substituir Gregório Baremblitt no curso de epistemologia. Haveria ainda uma quarta atividade obrigatória: um curso de psicopatologia psicanalítica. Por sugestão de Chaim Katz, dois membros do próprio grupo foram contratados como professores para coordenar esse curso, com a possibilidade de consultar outros profissionais para a elaboração do programa. Organizaram-se também grupos de estudos, estes opcionais, para ler os textos freudianos considerados mais importantes para a compreensão da obra de Jacques Lacan.

Cada vez mais explicitamente aparece o interesse pelo estudo da obra de Jacques Lacan: o que, de início, se insinuara na escolha dos estatutos a serem lidos, na formulação sobre o "desejo" da "carta de princípios" e no próprio vocabulário usado por alguns membros durante as assembléias gerais, desta vez já aparece como intenção clara de que o estudo da obra de Lacan fizesse parte do curso obrigatório. A própria escolha do coordenador dos seminários clínicos revela essa tendência. Sabia-se que o escolhido se interessava pela leitura lacaniana da obra de Freud, mas não se tinha conhecimento de sua participação como candidato em formação na SPRJ.

O programa escolhido por escassa maioria para o curso de epistemologia desagradou a boa parte dos membros do grupo, que prefe-

riam o outro curso, oferecido por um filósofo marxista. A idéia de acompanhar um curso introdutório à filosofia parecia "menor" diante da proposta vencida, que envolvia um estudo do freudo-marxismo e uma leitura descontinuísta do processo de produção do conhecimento.

A possibilidade de entrada de novos membros coloca em cena a necessidade de maior definição da proposta de institucionalização, funcionando como pressão para o estabelecimento de normas básicas de pertencimento ao NEFF. Embora a discussão girasse em torno da necessidade de se alugar uma sala para uso exclusivo do NEFF e do número de participantes necessários para viabilizar economicamente o projeto de estudo, o ponto fundamental era outro. O cerne da questão era o modelo de formação que marcaria o perfil da instituição e a legitimidade desse modelo, no sentido de possibilitar aos membros do NEFF o almejado reconhecimento como psicanalista, funcionando como alternativa consistente às instituições oficiais.

Novamente se discutiu a questão de exigência, ou não, de análise individual e supervisão dentro da linha freudiana que orientava o NEFF. Mais uma vez isso foi posto de lado, decidindo-se respeitar as escolhas pessoais de cada um. Finalmente estipulou-se um número limite de 30 membros para a primeira turma e se propôs uma reunião pública para apresentar o NEFF, com a exposição de seu regimento interno, programa de ensino e "carta de princípios", aos possíveis interessados. O recrutamento de possíveis membros se faria através de convites pessoais feitos pelos quatorze membros fundadores.

A entrada de dezesseis membros, o aluguel de uma sala comercial para uso exclusivo do NEFF, o aceleramento do processo de legalização e a suspensão temporária das assembléias trouxeram um novo alento. O grupo passou a ter existência física e jurídica, e a participação de novos membros indicava, por parte destes, um reconhecimento do caminho percorrido até então. Entretanto, logo, voltaram a manifestar-se os problemas: insatisfação com o curso de epistemologia; o curso de psicopatologia psicanalítica ficou na primeira e única aula, marcada por um clima de desacordo entre as duas coordenadoras, que não tinham um programa comum. A aula se restringiu a uma discussão programática, e a tensão no grupo ficou insuportável.

Marcada a primeira assembléia geral, começaram as críticas, queixas e reivindicações, dirigidas essencialmente à orientação política do grupo: cobrava-se - particularmente os novos membros - uma definição da orientação política do curso de epistemologia e dos estatutos; solicitava-se uma justificativa do modo como estava sendo usado o dinheiro das mensalidades.

Nesse período, Chaim Katz, sem deixar de dar aulas no NEFF, uniu-se a Gregório Baremblitt para fundar o IBRAPSI - Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (1), o que não deixou de ter uma repercussão problemática, embora isso jamais tenha sido explicitado no grupo.

(1) Fundado em outubro de 1978.

Outros membros do NEFF foram convidados a participar do IBRAPSI como coordenadores de grupo operativo, e dois aceitaram mantendo, entretanto, sua vinculação básica com o NEFF.

Enquanto, sigilosamente, alguns membros eram sondados sobre o seu interesse em oficializar no grupo o estudo da obra de Jacques Lacan, outro grupo, também extra-oficialmente, fez gestões junto a um filósofo marxista para discutir um programa de epistemologia e junto ao advogado do sindicato dos psicólogos, que também tinha uma posição política de esquerda, para um parecer sobre os estatutos.

Com a entrada de novos membros, começou a ficar mais clara a existência de duas posições excludentes. De um lado, aglutinava-se um grupo que defendia uma linha de formação que não poderia prescindir de uma orientação marxista na definição dos pressupostos gerais, de outro, constituía-se um grupo que antes tendia à instituição de um modelo mais exclusivamente lacaniano.

Uma reunião extraordinária, marcada com o objetivo de se discutir os pontos de insatisfação com o curso de epistemologia, começa com um comunicado de separação. Um dos novos membros pede a palavra e comunica o desejo de um grupo de sair do NEFF. O argumento usado é que esse grupo (em torno de 15 pessoas) queria "estudar psicanálise" enquanto os outros queriam "fazer política". Em seguida, o porta-voz afirma que o grupo que se retirava pretendia ficar com a sala, já que esta estava

alugada no nome de um deles, e propõe uma indenização pelos demais bens materiais (móveis, ar refrigerado, quadro-negro,etc.) (1).

A comunicação tem efeito paralizante. Em clima confuso e tenso, um dos membros solicita que o grupo que propunha a separação se retire para que os restantes decidam, então, o que fazer. Um outro pede a palavra para assumir, em nome do grupo dito "da política", a continuidade do NEFF, que fica então só para decidir seu rumo.

Ninguém consegue falar. Todos estão surpresos, sentem-se traídos, confusos e profundamente emocionados; não havia clima para resolver nada. Marca-se reunião, em outro local, para decidir a continuidade do NEFF.

Entre as dezesseis pessoas que permaneceram no NEFF, apenas sete nele estavam desde sua fundação. Decepcionadas com o que entendiam como falta de solidariedade, cansadas e bastante descrentes quanto a viabilidade do projeto, não tiveram ânimo para prosseguir. Os demais, ainda esperançosos, tentaram reiterar a proposta institucional, levantando a possibilidade de se iniciar uma discussão a partir da prática clínica, através da organização de uma "clínica social". No entanto, ao que tudo indica, não houve forças suficientes para levar adiante o projeto. Na reunião subsequente, decidiu-se que era melhor encerrar

(1) Esse grupo viria a fundar o IFP - Instituto Freudiano de Psicanálise.

aquela experiência, e foram tomadas as providências legais para a dissolução do NEFF. Era dezembro de 1978.

As pessoas seguiram rumos diversos. Algumas voltaram a estudar em pequenos grupos e aos poucos foram buscando outras instituições psicanalíticas - SPRJ, SBPRJ (1), SPC, CPRJ, IBRAPSI e alguns meses depois o próprio IFP. Alguns foram, também, fazer mestrado em psicologia, filosofia ou medicina social. Esses rumos indicam, de um modo geral, uma continuidade no processo de busca de legitimação como psicanalistas.

Discussão

A proposta do NEFF de instituir uma formação psicanalítica que funcionasse como alternativa ao modelo clássico das instituições oficiais, que, no Rio de Janeiro, excluíam, na época da constituição do NEFF, os não-médicos da possibilidade de acesso a seus quadros, foi uma experiência pioneira e significativa. Sair da condição de "excluídos" optando pela "exclusão" do modelo oficial vigente, - exclusão da exclusão, como diz Bourdieu - é romper com uma situação de extrema dependência. Entretanto, para que se constitua uma alternativa eficiente, do ponto de vista legitimatório, ser contra o sistema dominante não é, por si só, suficiente. A busca de *distinção*, no duplo sentido de marcar

(1) Estas duas, a esta altura, já haviam aberto para psicólogos o acesso a seus quadros.

uma diferença e ser reconhecido não se alcança a qualquer preço. Nesse processo está envolvida a questão da qual público se pretende atingir, o que se busca é uma consagração pelo público leigo (que, como vimos anteriormente, é também influenciado pelas avaliações e críticas do campo de produção erudita)? Ou uma consegração no interior do campo específico, entre o grupo de pares-concorrentes que lutam pelo poder exclusivo de legitimação do bem simbólico em questão, no caso a psicanálise? A força de penetração de uma determinada produção simbólica (no caso, produção de produtores segundo um dado modelo de formação) é maior se esta tem a chancela de legitimidade obtida num processo de luta pela consagração que envolve os demais produtores e o público leigo.

A indefinição do NEFF quanto ao modelo a ser instituído fica clara desde o início insinuando-se, ao longo de todo o seu processo de constituição, dois movimentos, duas vertentes difusas e mesmo nebulosas que não se explicitam claramente, sequer no momento da dissolução do grupo em que a oposição formalmente apresentada as revela apenas superficialmente.

Por um lado, o projeto de uma formação pretendendo uma articulação do social com a psicanálise, incluído na proposta inicial do grupo, era muito complexo e implicava, o que só fica claro *a posteriori*, a formulação de um novo campo de saber. O representante dessa idéia, Gregório Baremblitt, tinha, no grupo, um lugar muito ambíguo, que, a nosso ver, tornou insustentável sua permanência. Embora as formulações básicas da proposta de fundação do NEFF tivessem clara inspiração no projeto que

ele havia apresentado no "grupão" para uma instituição provisoriamente intitulada de NEFI - Núcleo de Estudos e Formação Interdisciplinar - Gregório Baremblitt foi convidado a participar do NEFF "apenas" como professor, e esta condição encobria uma demanda de "algo mais" que não ficava bem explicitado. É como se o grupo reconhecesse o valor de sua idéia, mas *não quisesse*, ou *não pudesse*, tomá-la por inteiro. A própria alteração de NEFI para NEFF marca uma diferença básica de *interdisciplinar* para *freudiana*, e o profeta da "verdadeira psicanálise freudiana" era Lacan, cujas formulações excluíam o sentido político enfatizado por Gregório Baremblitt. Este impasse era evidenciado por uma formulação que incluía sentidos excludentes desde o início. Por outro lado a experiência de interdisciplinaridade já havia sido vivida na APPIA, que pretendia, em seu projeto, um movimento amplo entre os trabalhadores de saúde mental. O que faltava era a experiência de poder legitimamente nomear-se psicanalista. A postura institucionalista de Gregório Baremblitt o autorizava como analista institucional, mas não havia um reconhecimento, por parte do grupo, como um todo, da sua postura de psicanalista. Aliás, é ele próprio quem afirma - "é importante que saibamos que talvez já não somos mais psicanalistas ou militantes, no sentido nominalista ou no sentido purista destas profissões e saberes" (Baremblitt, 1983:78).

Mesmo assim o rompimento de Gregório Baremblitt com o grupo provocou um profundo mal-estar. Primeiro porque o grupo não tinha clareza a respeito das razões do desencontro, que hoje, já podemos indicar. De qualquer modo, ele era mais do que

um simples professor e, por isso mesmo, dificilmente substituível, como mostra a própria história. Os desentendimentos, tanto a respeito do novo professor de epistemologia, quanto a respeito dos critérios institucionais a serem estabelecidos, bem como a própria proposta de se chamar um analista institucional para resolver os impasses do grupo, apontam para o vazio que a retirada de seu apoio deixou.

É possível inclusive formular a hipótese de que a exclusão do "grupo da política" no momento que antecede imediatamente a dissolução do NEFF fosse a expressão da exclusão de um *sentido*, o sentido político contido no discurso de Gregório Baremblitt, que, pouco tempo depois concretiza sua proposta institucional no projeto do IBRAPSI. O NEFF ficava, assim, entre duas possibilidades.

Por um lado a *abertura* propondo uma articulação da psicanálise com a política que aponta para uma ruptura com a especificidade do campo psicanalítico, visando a atingir um público significativo, cuja consagração pudesse funcionar como uma *legitimação paralela*, ameaçando desse modo a pretensão das sociedades filiadas à IPA ao monopólio da consagração no campo psicanalítico.

Por outro lado, um *fechamento* em busca de uma *distinção* no campo específico da psicanálise: e o isolamento em busca de originalidade; o uso de temas, técnicas e estilos dotados de valor dentro do campo; a tendência para uma teoria "pura", a

pretensão à ortodoxia, no sentido de estabelecer os critérios legítimos para a prática psicanalítica; a tendência a privilegiar as regras firmadas pela tradição; a ênfase no que há de mais específico e a exclusão de outros campos, são leis inerentes ao campo de produção erudita que devem ser levadas em consideração caso se pretenda uma maior legitimidade no interior do campo específico (Bourdieu, 1982a:99-106).

Esse, a nosso ver, era o impasse criado pela proposta dita política, que impunha uma abertura para o "grande público" e um questionamento da prática psicanalítica bastante radical. A crítica política radical e a proposta que a acompanha, até por estarem referidas a valores e a objetivos práticos externos ao campo, destroem o modelo clássico de psicanalista na medida em que forçosamente desconsideram as formas sociais vigentes de constituição de legitimidade. Nesse sentido, não podiam atender à reivindicação básica de legitimação subjacente ao projeto do NEFF. E isso criou o impasse que, num primeiro momento, se expressa na "insatisfação" e no afastamento de Gregório Baremblitt, e, num momento ulterior, manifesta-se na tentativa de exclusão daqueles que eram identificados a esse discurso - "os que queriam fazer política" - que antecedeu imediatamente a dissolução do grupo.

O outro professor contratado, Chaim Samuel Katz, ocupava também um lugar privilegiado na economia interna do grupo que ia além de uma simples demanda de ensino. O seu projeto institucional, menos claro, tinha pontos em comum com o de Gregório

Baremblitt (a quem, inclusive, se uniu para constituir o IBRAPSI) e pontos de profunda discordância (que o levaram a uma ruptura com o IBRAPSI, logo após sua fundação, e antes mesmo que este começasse a funcionar regularmente). Era um projeto menos abrangente e pretendia, a nosso ver, um reconhecimento no interior do campo psicanalítico que legitimasse, efetivamente, a ele e ao grupo como psicanalistas. Sua posição dentro do NEFF era, assim como a do Gregório Baremblitt, ambígua. Não era nem um membro do grupo como os outros quatorze, nem ocupava o lugar de "mestre", que pudesse funcionar como referência de organização para o NEFF. Esse entre-lugar criava conflitos. Chaim Katz não tinha legitimidade como psicanalista, na medida em que estava apenas iniciando sua prática clínica; e a entrada "feroz" via teoria, epistemologia e uma crítica efetiva, marcada pelas formulações de Michel Foucault às instituições psicanalíticas, no que diz respeito à relação saber-poder, não se mostrava suficiente como valor na economia interna do campo psicanalítico para consagrá-lo como analista. Faltava poder simbólico à autoridade do Chaim Katz como analista, que pudesse fazer dele um "mestre" (o que não quer dizer que ele tivesse qualquer intenção de ocupar este lugar, e sim que o grupo necessitava de alguém que o fizesse - mas quem?).

Chaim Katz não era um *agente* suficientemente *investido* (1)- nem é certo, nem aqui se afirma, que ele desejasse o "carisma" - cujo discurso tivesse poder simbólico para possibilitar a adesão e a constituição da identidade profissional almeja

(1) Ver adiante, nesse capítulo, a qualificação dessa expressão.

da pelo grupo. Nem Gregório Baremblitt, nem Chaim Katz pareciam corresponder ao modelo que o grupo tinha configurado quanto ao que era ser psicanalista(1), mesmo que, naquele momento, não se desse conta disso. A legalização, a existência de uma primeira turma, professores, sala e até um estatuto não são suficientes para fazer de um grupo uma instituição com funções de legitimação. A preocupação excessiva com a legalização e as exigências em torno da autoridade do advogado que acompanhasse este processo indicam um deslocamento e uma confusão entre legalidade e legitimidade. É claro que isso possibilitaria a existência jurídica do grupo, mas nem por isso este deixaria de ser um grupo de estudos, só que legalmente instituído. Nem a preocupação em não reproduzir, quando do estabelecimento dos estatutos e do regimento interno, os mesmos padrões autoritários de outras instituições, tão ferrenhamente criticadas, é suficiente para legitimar a distinção de um grupo dentro de um campo específico. Seria necessário que se falasse "em nome" de "algo maior",que houvesse um discurso autorizado (no sentido de Bourdieu)com poder simbólico suficiente para se contrapor ao poder simbólico da tradição, para "excluir a exclusão"(2).

Assim parece que uma vertente do grupo intuía a importância de recorrer ao discurso de Lacan como uma via de legitimação possível e com força simbólica para garantir a existência

(1) É nossa suposição aqui que o grupo se reunira e organizara para constituir algo que os instituisse legitimamente como psicanalístas, mesmo que fosse como psicanalistas "diferentes" dos instituídos pelas sociedades oficiais.

(2) Excluir a IPA, portadora do saber oficial a respeito da psicanálise era abrir a possibilidade de inclusão para os psicólogos que até então eram excluídos de seus quadros. Ver, a respeito dessa "exclusão da exclusão", o terceiro capítulo desse trabalho.

de instituições alternativas que efetivamente possam competir pela legitimidade de sua produção em psicanálise com as instituições oficiais portadoras da força de prestígio da tradição. Entretanto a organização em torno de um mestre era incompatível tanto com a proposta de autogestão, sem hierarquias, quanto com a proposta política de articulação da psicanálise com o materialismo histórico, essa última, aliás, inviável do ponto de vista das leis que regem a legitimação de um campo específico e que implicam necessariamente a exclusão de outros campos. A impossibilidade de evitar as questões de poder e hierarquia e a necessidade de um discurso organizador são paradigmáticos da instituição psicanalítica e seu próprio paradoxo.

A pertinência à classe do legítimo constitui uma propriedade que pouco depende da intenção do produtor; esta lhe é conferida *de fora* e é função das relações objetivas entre a posição do produtor na hierarquia cultural e a qualidade propriamente cultural do público que pretende atingir, ou efetivamente atinge, através de um tipo determinado de instrumento de difusão (Bourdieu, 1982a:158). Seria uma simplificação reduzir a legitimidade a dois princípios apenas: a autoridade burocrática da instituição e a autoridade carismática da *pessoa*. Bem além dessa redução, o processo legitimatório é, como vimos, bastante complexo, embora não prescinda do reconhecimento por uma instituição que seja por sua vez reconhecida. Quanto ao carisma, como também já procuramos deixar claro, não é ele decorrente de um dom divino, mas fruto de um longo e caro investimento, daí Bourdieu reconhecer no profeta um *agente investido*. Essa formulação nos permite entender o peso

do prestígio da IPA com a força da tradição bem como o peso do prestígio de Jacques Lacan como um *agente altamente investido*, no sentido de poder simbólico em termos legitimatórios (Bourdieu, 1982a:79 e 130):

> Não são, portanto, o sistema de ensino *tout court* ou o carisma "pessoal" que conferem legitimidade. O processo é bem mais complexo e inclui - já o vimos - como um dos passos o *rito de instituição*, num percurso que envolve a dialética da experiência íntima e da imagem social.

No caso da psicanálise, a *experiência íntima* daquele que atravessa o rito de instituição é vivida basicamente no *setting* da análise didática, o que lhe confere uma especificidade particularmente marcada. Mais que qualquer outro processo de formação profissional, o do psicanalista tem valorizada essa dimensão da experiência íntima, e esse é apenas mais um dos muitos aspectos que podem justificar as frequentes aproximações do psicanalista ao xamã. Segundo Bourdieu, a eficácia simbólica da investidura - que é real porque transforma realmente a pessoa consagrada - tira sua força produtora do fato de que age em dois planos: primeiro, sobre a representação e os comportamentos dos outros agentes com relação à pessoa investida e

> ensuite parce qu'*elle transforme* du même coup *la representation que la personne investie se fait d'elle même* et les comportements qu'elle se croit tenue d'adopter pour se conformer à cette représentation (Bourdieu, 1982b:59; os grifos são meus, M.D.P.).

Retomando o que já enunciamos em páginas anteriores,

"instituir uma identidade social significa assegurar uma competência da qual um aspecto fundamental é a representação que o investido tenderá a, ou deverá, fazer de si próprio". Talvez como nenhum outro grupo profissional ou campo cultural - com exceção, é claro, dos eclesiásticos - os psicanalistas cultivam essa dimensão da experiência íntima na produção dos produtores, reservam um lugar e um momento carregados de grande significação à sua elaboração continuada e sofisticada no *setting* da análise pessoal do candidato em formação.

Já discutimos, com o apoio de Valabrega, Aulagnier, Roustang, Birman e Nicéas, as implicações do poder do didata como sinal de garantia, dos riscos de uma sujeição absoluta do candidato por força do vínculo transferencial e muitos outros aspectos que vêm sendo questionados pela produção crítica recente interna ao campo. É possível que a partir dessas críticas venham se transformando os próprios padrões de legitimidade internos ao campo, com a atribuição de maior relevo à possibilidade de teorizar e produzir conhecimento no sentido de que a psicanálise possa também ser transmitida através de conceitos universais. Ao que tudo indica, porém, essas transformações não levarão à supressão da necessidade da análise pessoal do futuro analista, ficando salvaguardado o significado particular conferido à dimensão da experiência íntima na formação dos psicanalistas.

Nos termos de Bourdieu, o bom desenvolvimento da dialética da experiência íntima e da imagem social é condição da eficácia simbólica da investidura. Foram grandes as dificuldades do

NEFF com a afirmação de sua própria imagem social e, consequentemente, da imagem social que poderia assegurar aos seus membros enquanto instituição legitimadora. Não se definiu nem pela inovação institucional radical associada a uma postura propriamente política, desprezando as injunções do campo, nem pela busca de uma distinção consistente dentro do campo pelo recurso a um discurso autorizado com poder simbólico suficiente para contrapor-se ao da tradição estabelecida e excludente.

Essa indefinição de caráter geral, por sua vez, dificultava o estabelecimento de critérios institucionais que marcassem o perfil do NEFF, principalmente no que dizia respeito à questão da exigência de análise, considerada um postulado básico na formação de um psicanalista, sobre o qual seria preciso definir-se. Os desentendimentos que surgiram cada vez que esse assunto era discutido, em função da heterogeneidade dessa experiência entre os membros do grupo e a possível exclusão de alguns membros que uma definição desse aspecto poderia provocar levavam a um adiamento sistemático dessa questão. Com isso, o projeto do NEFF mostrou-se incapaz de contemplar a dimensão da experiência íntima, fundamental como já se viu, com toda a sua carga de especificidade, no caso dessa profissão, para a eficácia simbólica da investidura do psicanalista.

* * * * *

Esse esforço inicial para compreender o processo vivido pelo NEFF e identificar algumas das razões que tornaram o pro

jeto inviável complementa-se, em certa medida, com a observação, ainda incipiente, dos diferentes grupos que vêm desenvolvendo seus projetos de institucionalização segundo definições e opções que, ao que tudo indica até agora, não escapam às duas linhas gerais que se colocaram para o NEFF e diante das quais ele não soube ou não pode definir-se: O IBRAPSI, por um lado, e os grupos lacanianos, por outro, ilustram esses dois caminhos.

Para finalizar, quero assinalar que não me detive no fato de o NEFF ser constituído basicamente por mulheres, vez que procurei tratar das leis gerais a que estão submetidos todos, homens ou mulheres, que atuem no campo da produção intelectual. A especificidade dessa questão num grupo de mulheres é tema para outro trabalho, mas é possível afirmar que, tratando-se de uma luta pela identidade profissional, pela legitimação, onde está implicada uma imagem social, ela passa necessariamente pelas discriminações básicas de que a condição feminina é objeto, que são da ordem da cultura.

BIBLIOGRAFIA

AULAGNIER, Piera -(1980) El sentido perdido, Buenos Aires, Editorial Trieb.

BARBOSA MELLO, Eleonora - "A criação de uma sociedade psicanalítica de autogestão: um depoimento". (mimeo)

BAREMBLITT, Gregorio -(1978) Progressos e retrocessos em psiquiatria e psicanálise, São Paulo, Global.

_____ -(1979) "Ciência, poder e desejo" in Psicanálise, poder e desejo, editor Chaim Samuel Katz.

_____ -(1983) "Estado actual del Psicoanalisis, individual e grupal" (mesa 1) in El Inconsciente Institucional, coord. Gregorio Baremblitt, Nuevomar.

_____ -(1983) Introdução a el Inconsciente Institucional, coord. Gregorio Baremblitt, México, Nuevomar.

_____ -(1984) Acto psicanalitico y acto politico (mimeo).

BAULEO, Armando -(1973) "Plataforma o la historia de un proyecto" in Cuestionamos nº 2, Buenos Aires, Granica.

BIRMAN, Joel -(1980) Enfermidade e loucura, Rio, Campus.

BIRMAN, Joel -(1984) "A razão da impostura" in O objeto na teoria e na prática psicanalítica, coord. Joel Birman e Carlos Augusto Niceas, Rio, Campus.

BLEDSTEIN, Burtan J. -(1976) The Culture of Professionalism: the middle class and the development of higher education in America, New York, W.W. Norton.

BLEGER, Jose (1973) "Psicanálise e Marxismo" in Questionamos: a psicanálise e suas instituições. Vozes, Petrópolis.

BOURDIEU, Pierre - (fev. 1977) "La production de la croyance: contribuition à une écnomie des biens symboliques" in Actes de la recherche, nº 13.

_____ -(1979) La distinction critique sociale du jugement, Paris, Minuit.

_____ -(nov. 1979) "Les trois états du capital culturel" in Actes de la recherche, nº 30.

_____ -(jan. 1980) "Le capital social" in Actes de la recherche, nº 31.

_____ - (1982 a) A economia das trocas simbólicas, São Paulo, Perspectiva.

_____ - (jun. 1982 b) "Les rites comme actes d'instituition",

in Actes de la recherche, nº 43.

CASTEL, Robert -(1978) O psicanalismo, Rio, Graal.

_____ -(1978) "A Instituição Psiquiátrica em Questão" in Sociedade e Doença Mental, org. Sérvulo A. Figueira, Rio, Campus.

_____ -(1979) "Psychamèrique: vers la societé post psychanalitique" in Pouvoirs nº 11.

_____ -(1981) 1967/1980: Desestabilisation du discours psychiatrique et mutation des pratiques de la medecine mentale - Thèse pour le Doctorat d'État ès lettres et sciences Humaines, Université Paris V - René Descartes, Sciences Humaines, Sorbonne.

CHEBABI, Wilson de Lyra -(1974)"O Retorno à Clínica" in Psicanálise em Crise. Vozes, Petropólis.

COHEN, Abner -(1978) O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas, Rio, Zahar.

COLLINS, Randall -(1979) The Credential Society, New York,Academic Press.

COSTA, Jurandir Freire -(1978) "Psicoterapia Breve: uma abordagem psicanalítica" in Sociedade e Doença Mental, Rio, Campus.

ECO, Umberto -(1983) Como se faz uma tese, São Paulo, Perspectiva.

Orig. ital -(1977) "Como se fa una tesi di laurea", Casa Editrice Valentino Bompiani & C. S. p. A.

FIGUEIRA, Sérvulo A.(1981) O Contexto Social da Psicanálise,Rio, Francisco Alves.

FIGUEIREDO, Ana Cristina - Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro, 1970-1983, dissertação de mestrado, PUC, RJ, 1984.

FREUD, SIGMUND - (1896) - The aetiology of hysteria in The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, vol. III, The Hogarth Press, London, 1978.

_____ (1912) - Recommendations to physicians practising psychoanalysis, S.E. vol. XII.

_____ (1913) - Totem and Taboo, S.E. Vol. XIII.

_____ (1914) - On the history of the Psycho-analytic movement, S.E. vol. XIV.

_____ (1918/1919) - Lines of Advance in psycho-analytic therapy, S.E. Vol. XVII.

_____ (1919) - On the teaching of psycho-analysis in universities, S.E. Vol. XVII.

FREUD, Sigmund - (1921) - Group psychology and the analysis of the ego, S.E. Vol. XVIII.

_____ (1924) An autobiographical study, - S.E. Vol. XX.

_____ (1926) - The Question of Lay Analysis, S.E. vol. XX.

GALENDE, Emiliano (1973) "Psicoanalisis: Institucionalizacion y/o Cambio" in Cuestionamos 2 - Psicoanalisis Institucional y Psicoanalisis sin Instituicion. Granica, Buenos Aires.

GOFFMAN, Erving -(1974) Manicômios, prisões e conventos, São Paulo, Perspectiva, Coleção Debates.

GHUILHON, Albuquerque, J.A. (1977) "Psicanálise dos Conflitos Profissionais ou Conflitos Profissionais da Psicanálise" in Psicanálise e Sociedade. Chaim S. Katz (org), Interlivros, Belo Horizonte.

_____ - (1978) Metáfora da desordem, Rio, Paz e Terra.

GREEN, André (1973) Les discours vivant, Paris, Presses Universitaires de France.

HERRMANN, Fábio -(1979) Andaimes do Real, uma revisão crítica do método da psicanálise, São Paulo, E.P.V.

_____ -(1983) "A psicanálise, e as demais psicoterapias em face do absurdo" in Psicanálise e psicoterapia, coord. Joel Birman

e Carlos Augusto Nicéas, Rio, Campus.

HERRMANN, Fábio -(1983) "Crise em São Paulo" in Gradiva-(jul/ago).

JONES, Ernest -(1975) Vida e obra de Sigmund Freud, organização e resumo de Leonell Trilling e Steven Marcus, Rio, Zahar, 2ª ed.

KATZ, Chaim S. (1974) "Algumas Observações Iniciais sobre a Formação Analítica" in Psicanálise em Crise. Hélio Pellegrino (org) Vozes, Petrópolis.

_____ -(1977) "A Psicanálise no Campo Social e Psicológico: Outras Notas" in Chaim S. Katz (org), Psicanálise e Sociedade, Belo Horizonte, Interlivros.

_____ (1977a) Psicanálise e Instituição. Documentário, Rio de Janeiro.

_____ (1977b) "A Psicanálise no Campo Social e Psicológico: Outras Notas" in Psicanálise e Sociedade. Interlivros, Belo Horizonte.

_____(1979) "Psicanálise: ciência, poder, desejo" in Psicanálise, poder e desejo, Rio, ed. Chaim Samuel Katz.

KHAN, M. Masud R. -(1977) Psicanálise: teoria, técnica e casos clínicos, Rio, Francisco Alves.

LANGER, Marie -(1973) "Psicanálise e/ou revolução social" in Questionamos: a psicanálise e suas instituições, Petropólis, Vozes.

LAPASSADE, G. -(1977) Grupos, Organizações e Instituições, Rio, Francisco Alves.

LAPLANCHE J. e PONTALIS J.B. -(1976) Vocabulário da Psicanálise, São Paulo, Moraes, 3ª ed.

LARSON, Magali Sarfatti -(1977) The rise of Professionalism: a Sociological analysis, Berkeley Los Angeles London, University of California Press.

LÉVI-STRAUSS, Claude -(1975) Antropologia Estrutural, Rio, Tempos Brasileiros.

LIMENTANI,A. -(1974) "The training analyst and the difficulties in the training psychoanalytic situation" in International Journal of Psychoanalysis, 55, London.

MANNONI, M. (1971) O Psiquiatra, seu Louco e a Psicanálise. Zahar, Rio de Janeiro.

_____ -(1982) A Teoria como Ficção. Campus, Rio de Janeiro.

MANNONI, Octave (1973) Chaves para o Imaginário. Vozes, Petrópolis.

MANNONI, Octave (1976) Freud e a Psicanálise. Ed. Rio, Rio de Janeiro.

MELLO CAMPOS, Luis Fernando - (1983) "Estado actual de la institucion de la psiquiatria y de los estabelecimentos psiquiátricos" in El Inconsciente Institucional, coord. Gregorio Baremblitt, México, Nuevomar.

MICHAUT, Ginette -(1975) "Fétiche, ideologie et psychanalyse" in Psychanalyse et sémiotique, actes au coloque tenu à Milan en mai 1974 - sous la direction de Armando Verdiglione, Paris, Union Générale d'Éditions.

MÜLLER, Elizabeth - "A formação psicanalítica e sua política" (mimeo).

NICÉAS, Carlos Augusto -(1984) "O objeto na intersubjetividade" in O objeto na teoria e na prática psicanalítica, coord. Joel Birman e Carlos A. Nicéas, Rio, Campus.

OLIVEIRA, Walderedo Ismael -(1965) "Relações entre analistas: um estudo do grupo psicanalítico" in Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 14 (3-4):159-233, julho-dezembro/65.

ROUSTANG, Fraçois -(1976) Un destin si funeste, Paris, Minuit.

TURKLE, Sherry - (1978) Psychoanalytic Politics: Freud's French Revolution, Burnett Books, Londres.

VALABREGA, Jean-Paul-(1983) A formação do psicanalista, São Paulo, Martins Fontes.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Antreprojeto do Regimento interno (junho de 1978) - NEFF
- Relatório da Comissão Científica - maio 1978, NEFF
- Relatório da Comissão Científica - 17 de julho 1978, NEFF
- Relatório da Comissão Científica - 24 julho 1978, NEFF
- Proposta de trabalho - Carta de Princípios - Janeiro 1978,NEFF
- Proposta de funcionamento da coordenação geral - 3 de julho 1978, NEFF
- Minuta dos estatutos - 1978, NEFF
- Programa do grupo de estudo de psicopatologia psicanalítica - NEFF
- Ante-projeto da Carta de Princípios e manifesto do NEFI
- Boletim Comemorativo dos 30 anos da fundação do IMP - outubro 1982
- Ata de fundação da APPIA - 31 de janeiro, 1972
- Relatório Oficial da Comissão Organizadora do 1º Congresso Brasileiro de Psicopatologia Infanto-Juvenil sobre "A situação da Psicoterapia infanto-junvenil no Brasil", APPIA, 1972

Dissertação apresentada ao Departamento de PSICOLOGIA da PUC/RJ aprovada pela Comissão Julgadora, formada pelos seguintes professores:

Profa. Anamaria Ribeiro Coutinho
PUC/RJ

Profa. Circe Navarro Vital Brazil
PUC/RJ

Prof. Joel Birman
SPRJ

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro,

Vera Maria Ferrão Candau
Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Teologia e Ciências Humanas